



Faculdade de Letras e Ciências Sociais



Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento

Título:

DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS EM ZONAS RURAIS ABASTECIDAS POR FUIROS DE ÁGUA DE INICIATIVA PRIVADA: UM ESTUDO DE CASO DA LOCALIDADE DE NGALUNDE, DISTRITO DE MARRACUENE

Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Candidata: Olívia Marília Muzima Chiziane

Supervisor: Manuel Macia, PhD (Sociólogo)

DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS EM ZONAS RURAIS ABASTECIDAS POR FUROS
DE ÁGUA DE INICIATIVA PRIVADA: UM ESTUDO DE CASO DA LOCALIDADE DE
NGALUNDE, DISTRITO DE MARRACUENE

Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos exigidos para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento na Faculdade de Letras e Ciências
Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Candidata: Olívia Marília Muzima Chiziane

Departamento de Sociologia

Faculdade De Letras e Ciências Sociais

Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Fevereiro de 2018

O Júri

O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
_____	_____	_____	____/____/____

DECLARAÇÃO DE OBRIGATORIEDADE

Eu, Olívia Marília Muzima Chiziane, declaro que o presente estudo nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer grau e que ele constitui o resultado da pesquisa de campo efectuada no Distrito de Marracuene, Posto Administrativo Marracuene Sede, Localidade de Ngalunde, Bairros de Bobole e Gimo O´Cossa. Estão indicadas em anexo a lista da bibliografia de suporte e no texto as fontes orais usadas.

.....
Olívia Marília Muzima Chiziane

Maputo, Fevereiro de 2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho minha querida mãe e amiga Amélia Joel Muzima (lhoyassane) “em memória”;

Querido pai Arone Joaquim Chiziane;

Meu esposo Haidar Sufiana;

Meus continuadores Nuno e Mimi; e

A todos os meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Um grande abraço à minha família, meu Esposo Haidar Sufiana, meus filhos Ânwar (Nuno) e Marília (Mimi).

A todos os que contribuíram directa ou indirectamente para minha formação.

Ao meu Supervisor Professor Manuel Macia, que contribuiu para terminar este trabalho com sucesso.

Ao Chefe da Localidade Ngalunde – Marracuene, que colaborou durante a pesquisa e tornou possível este trabalho, Senhor Américo Macandza.

Agradecer a todos os informantes pela colaboração, em especial a todos os fornecedores e consumidores de água da Localidade Ngalunde , Bairros Bobole e Gimo O`Cossa.

Inkomu!
Muito Obrigada!

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

AdeM	: Águas de Moçambique
AFD	: Agência Francesa de Desenvolvimento
AFORAMO	: Associação de Fornecedores de água de Moçambique
BAD	: Banco Africano de Desenvolvimento
BM	: Banco Mundial
CHAEM	: Centro de Higiene Ambiental e Exames Médicos
CRA	: Conselho de Regulação de Abastecimento de Água
EDR	: Estratégia de Desenvolvimento Rural
FIPAG	: Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água
FUNASA	: Fundo Nacional de Água e Saneamento
IDS	: Inquérito Demográfico e de Saúde
INE	: Instituto Nacional de Estatística
MOPHRH	: Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
ONU	: Organização das Nações Unidas
PNA	: Política Nacional de Água
PRONASAR	: Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural
SDPI	: Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas

LISTA DE TABELAS, FIGURAS, MAPAS E GUIÕES DE ENTREVISTAS

Pág.

TABELAS:

Tabela 1: Resumo das ideias da legislação do sector de águas em Moçambique.....16

Tabela 2: Resumo das ideias dos programas/estratégias do sector de águas em Moçambique...20

FIGURAS:

Figura 1: Sistema de captação e distribuição de água, Bairro Bobole.....42

Figura 2: Entrevista Grupo Focal Mulheres, Bairro Bobole, 21.02.2017.....79

Figura 3: Entrevista, Grupo Focal Homens, Bairro Bobole, 21.02.2017.....80

Figura 4: Entrevista, grupo focal mulheres, bairro Gimo O´Cossa, 28.02.2017.....81

Figura 5: Líderes Comunitários do bairro Gimo O´Cossa, 28.02.2017.....82

MAPAS:

Mapa 1: Mapa Administrativo de Marracuene.....36

Mapa 2: Mapa de disponibilidade de recursos hídricos no distrito de Marracuene.....84

GUIÕES DE ENTREVISTA

Guião de entrevistas para os dirigentes locais.....	71
Guião de entrevistas para os grupos focais de mulheres.....	72
Guião de entrevistas para os fornecedores privados de água.....	74
Guião de entrevistas para grupos focais de homens.....	75
Guião de entrevistas individuais para homens e mulheres de Ngalunde.....	77
Guião de entrevistas para os secretários dos bairros.....	79

RESUMO

A situação de abastecimento de água nas zonas rurais é considerada deficitária em Moçambique. Dados divulgados no dia mundial da água – 22 de Março de 2017 – indicam que a taxa de cobertura nas zonas rurais se situa nos 44%, o que significa que mais da metade da população que vive nessas zonas não tem acesso a fontes de água potável. Esta situação de carência tem aberto espaço para a emergência de fornecedores privados que veem na baixa cobertura de serviços públicos de água a possibilidade de desenvolver negócio. Esta dissertação é um estudo de caso cujo objectivo é analisar as dinâmicas de desenvolvimento socioeconómico local numa zona rural onde o abastecimento de água é garantido por privados. A dissertação resulta de uma pesquisa de campo que foi realizada no distrito de Marracuene, na província de Maputo, mais concretamente na localidade de Ngalunde, bairros Bobole e Gimo O’Cossa. A pesquisa procurou compreender as dinâmicas socioeconómicas locais resultantes do facto de serem fornecedores privados os principais provedores de água naquela região. Em termos de resultados constatou-se que os moradores concebem a presença de furos de água de iniciativa privada enquanto impulsionadores do desenvolvimento socioeconómico local; tal concepção está relacionada com suas experiências anteriores de procura e armazenamento de água, caracterizadas por dificuldades e longas distâncias percorridas. A teoria de base que foi usada é a fenomenologia de Alfred Schutz (1979). Este quadro teórico foi escolhido por dar primazia ao estudo do quotidiano como forma de compreender a realidade social. No contexto da teoria fenomenológica, foram empregues os conceitos de experiência significativa, estoque de conhecimento e intersubjectividade. Metodologicamente, a pesquisa adoptou uma abordagem qualitativa com o emprego do procedimento fenomenológico. Paralelamente, foram empregues as técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, a observação directa e a entrevista semiestruturada.

PALVRAS-CHAVE: *Água; furos de água; dinâmicas socioeconómicas; experiências;*

ABSTRACT

The water supply situation in rural areas is considered to be a deficit in Mozambique. According to the information on World Water Day - 22 March 2017 - the coverage rate in rural areas stands at 44%, which means that more than half the population living in these areas does not have access to clean water sources. This situation has opened space for the emergence of private providers that see the low coverage of public water services a possibility of doing business. This dissertation is a research aimed at studying the socioeconomic dynamics of local development in some rural areas wherein the water supply is guaranteed by private individuals. The dissertation is a result of a field work carried out in the district of Marracuene, Maputo province, in the locality of Ngalunde, neighborhoods of Bobole and Gimo O'Cossa. The research sought to understand the local socioeconomic dynamics resulting from the fact that private providers are the main water suppliers in that region. In terms of results, it was found that residents conceive the presence of private water holes as drivers of local socio-economic development; such perception is related to their previous experiences of water storage, characterized by hardship supply and long distances travel. The basic theory used is the phenomenology of Alfred Schutz (1979) and it was chosen for giving primacy to the analysis of everyday life as a way of understanding social reality. Related to phenomenological theory, the concepts of meaningful experience, stock of knowledge and intersubjectivity were used. Methodologically, the research comprised the combination of a qualitative approach and a phenomenological procedure; particularly the techniques usage of desk review, direct observation and semi-structured interviews.

KEYWORDS: *Water; Water holes; socioeconomic dynamics; experiences;*

SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DE OBRIGATORIEDADE	I
DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS	IV
LISTA DE TABELAS, FIGURAS, MAPAS E GUIÕES DE ENTREVISTAS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
CAPÍTULO I	1
1.1. Introdução	1
1.2. Contextualização	5
1.3. Justificativa	7
CAPÍTULO II	9
2.1. Revisão da literatura	9
2.2. Legislação, estratégias e programas do sector de águas em Moçambique	16
CAPÍTULO III	24
3.1. Enquadramento teórico-conceptual	24
3.2. Conceitos fundamentais da teoria fenomenológica	28
3.3. Operacionalização dos conceitos	28
3.4. Conceitos complementares	29
CAPÍTULO IV	32
4.1. Metodologia	32
4.2. Amostra	32
4.3. Técnicas de pesquisa	34
4.4. Aspectos éticos	35
4.5. Caracterização e localização da área de estudo	35
4.6. Limitações do estudo	37
CAPÍTULO V	39
5.1. Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa	39
5.2. Caracterização dos entrevistados	39
5.3. Descrição da prática do fornecimento privado de água em Ngalunde	40
5.4. Dinâmicas socioeconómicas a volta do fornecimento de água em Ngalunde	43
5.5. Experiências e significados a volta da água	46

5.6. Relações sociais a volta da água	51
5.7. Representações sociais dos furos de água de iniciativa privada	56
CAPÍTULO VI	59
6.1. Principais conclusões	59
6.2. Recomendações	60
ANEXOS	62
ANEXO 1: Referências Bibliográficas	63
ANEXO 3: Guião de entrevistas (APRESENTAÇÃO)	69
ANEXO 4: Guião de entrevistas para os dirigentes locais	70
ANEXO 5: Guião de entrevistas para os grupos focais de mulheres	71
ANEXO 6: Guião de entrevistas para os fornecedores privados de água	73
ANEXO 7: Guião de entrevistas para grupos focais de homens	74
ANEXO 8: Guião de entrevistas individuais para homens e mulheres de Ngalunde	76
ANEXO 9: Guião de entrevistas para os secretários dos bairros	78
ANEXO 10: Fotografias	79
ANEXO 11: Mapa de recursos hídricos do distrito de Marracuene	83

CAPÍTULO I

1.1. Introdução

A gestão da água é um dos maiores desafios contemporâneos de Moçambique. O crescimento populacional que se regista no país, associado a expansão das zonas urbanas, coloca novos desafios relacionados com a captação, conservação, distribuição e utilização da água para diferentes finalidades. Para além destes desafios acresce-se o relacionado com a gestão racional da água para que ela chegue a todos e para todas as finalidades nas quantidades necessárias.

Com o objectivo de garantir acesso a água pelas comunidades, o Governo de Moçambique criou em 1991 a Lei 18/91, a Lei das Águas. Trata-se de um dispositivo legal que define os recursos hídricos como pertencentes ao domínio público bem como, estabelece os princípios de gestão de águas e de inventariação de todos os recursos hídricos existentes no país, incluindo o regime geral da sua utilização, as prioridades a ter em conta, os direitos gerais dos utentes e as correspondentes obrigações, entre outros.

Ainda no mesmo quadro, o Governo de Moçambique criou em 1998 duas entidades voltadas para a regulação do sector de águas e para a promoção de investimentos na melhoria e expansão do serviço de abastecimento de água. São elas o decreto nº 73/98 que cria o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) e o decreto nº 74/98 que cria o Conselho de Regulação de Abastecimento de Água (CRA).

Contudo, apesar da existência desses mecanismos legais e entidades gestoras e de terem sido feitos investimentos no sentido de garantir maior disponibilidade de água, o acesso a água potável em Moçambique é descrito como estando ainda em níveis insatisfatórios. Segundo dados do Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS, 2011), até o ano de 2011, somente 51% da população moçambicana tinha acesso a fontes de água potável sendo que, nas zonas rurais a cobertura era de 37% contra 87% das zonas urbanas.

No contexto dessa insuficiência, observam-se algumas iniciativas privadas no abastecimento de água nas periferias dos centros urbanos e em alguns distritos onde a rede pública de fornecimento de água é pequena ou inexistente. Tais iniciativas são desenvolvidas por indivíduos ou grupos de

indivíduos que vêm nas dificuldades do serviço público de águas uma oportunidade de desenvolver um negócio que pode ser considerado lucrativo.

Esta dissertação, inserida no âmbito do Curso de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento, é um estudo sobre as dinâmicas de desenvolvimento local no contexto das zonas rurais abastecidas por furos de água de iniciativa privada. O objectivo principal é compreender as dinâmicas socioeconómicas relacionadas com o fornecimento de água por furos de iniciativa privada na Localidade de Ngalunde no distrito de Marracuene, província de Maputo.

O alcance deste objectivo passa pela materialização de outros três objectivos específicos nomeadamente, (i) identificar os impactos socioeconómicos do fornecimento privado de água por privados na Localidade de Ngalunde; (ii) analisar as representações e percepções sociais das comunidades de Ngalunde a volta dos furos de água de iniciativa privada e (iii) compreender as relações sociais que se estabelecem a volta da captação, armazenamento e consumo de água nas comunidades de Ngalunde.

O problema deste estudo parte de uma compreensão global dos problemas relacionados com a água. Segundo Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2015) da Organização das Nações Unidas, o acesso a água potável é considerado um dos maiores desafios da humanidade no mundo contemporâneo. A poluição, a seca, a privatização de terras e a desertificação tem condicionado o acesso a este recurso para um número elevado de pessoas distribuídas por diferentes países do mundo.

Estes factores levaram a que a ONU incluísse a água e o saneamento nos ODS com o objectivo de garantir que até 2030 toda a população mundial tenha acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos. Entende-se que o desenvolvimento económico global, o crescimento da população mundial, a urbanização e as mudanças climáticas colocam uma elevada pressão sobre a disponibilidade e gestão da água potável. A pressão sobre os recursos hídricos pode gerar escassez e a escassez pode gerar conflitos entre países pelo acesso e controle da água.

No contexto moçambicano, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD, 2015) considera que o acesso a água potável é um desafio importante, em particular na cidade de Maputo. Na capital, a taxa de ligação era estimada em 40% em 2005, enquanto o objectivo do Governo era de chegar

até 2015 a uma cobertura superior a 70%, podendo daí estar dentro dos parâmetros dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Em Maputo, os parceiros deste esforço são o FIPAG, que detém o património dos serviços de água na cidade de Maputo e a sociedade privada Águas de Moçambique (AdeM) a quem a gestão do serviço foi delegada sob forma locação. O FIPAG – sociedade de património público criada pelo decreto nº73/98 – gere por conta do Estado os programas de investimentos do sector da água. Uma primeira fase do programa de aprovisionamento em água potável à aglomeração de Maputo foi financiada pelo Banco Mundial (BM) e pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Contudo, apesar destes esforços todos, o abastecimento de água continua distante de satisfazer as necessidades básicas da população sendo que em muitas regiões é garantido por fornecedores privados. Assim sendo, uma das ideias que defende neste estudo é a de que o fornecimento por privados de um serviço que devia ser fornecido pelo sector público é objecto de percepções diversas por parte das comunidades. Procurou-se inventariar e perceber que ideias e significados são construídos pelas comunidades à volta do abastecimento de água por furos de iniciativa privada em Ngalunde no distrito de Marracuene.

Deste modo, o problema deste estudo agrega duas perspectivas. A primeira consiste em identificar e compreender possíveis impactos sociais e económicos do fornecimento de água por furos de iniciativa privada na localidade de Ngalunde. A segunda é compreender e analisar os significados e percepções das comunidades locais em relação a esses serviços de abastecimento de água.

Na primeira perspectiva a preocupação principal consistiu em fazer um inventário do que eventualmente pode ter mudado naquela região em decorrência da existência de um serviço de abastecimento de água, ainda que de iniciativa privada. Os impactos procurados dizem respeito a aspectos como a disponibilidade de emprego, as facilidades no acesso à água, possível surgimento de infraestruturas e empreendimentos decorrentes directamente do facto de existirem ali sistemas de abastecimento de água.

Na segunda perspectiva procura-se entender como é construído socialmente o significado dos furos de iniciativa privada em Ngalunde. Utilizando a perspectiva fenomenológicas de Alfred Schutz (1979) procurou-se entender a relação entre as comunidades locais e essas iniciativas sobre as

quais as comunidades constroem expectativas, ideias, preconceitos e representações. Defende-se a ideia segundo a qual a representação da população em relação a essas iniciativas está relacionada com as suas experiências de procura e consumo de água potável.

Os aspectos arrolados levam a colocação da seguinte pergunta de partida: *qual é a dinâmica socioeconómica existente numa comunidade cujo fornecimento de água é de iniciativa privada?* Uma hipótese responde a esta pergunta:

- *HIPÓTESE: a existência de furos de água potável de iniciativa privada é percebida como um factor que impulsiona o desenvolvimento local através da supressão de uma das necessidades básicas das comunidades.*

Em termos pessoais, o que motivou a realização desta pesquisa foi o facto de, numa das viagens a Ngalunde, ter observado uma expansão populacional muito grande contudo, não acompanhada de uma expansão de infraestruturas básicas como um sistema de abastecimento de água. Constatou-se na altura que os moradores locais percorriam grandes distâncias em busca de água que muitas vezes não era própria para o consumo humano.

Observar o dilema dos moradores daquela região despertou curiosidade de compreender que dinâmicas, que experiências e que representações a água produz em um contexto em que é fornecida por operadores privados. Partiu-se da ideia de que as dificuldades que enfrentam despertam neles um conjunto de ideias sobre a água e que são captáveis sob o ponto de vista sociológico.

A dissertação comporta 6 (seis) capítulos. O primeiro capítulo é a introdução onde são apresentados os aspectos preliminares da pesquisa, nomeadamente o problema, as hipóteses, a justificativa e os objectivos principais. No segundo capítulo é apresentada a revisão da literatura onde são destacados alguns dos principais estudos desenvolvidos a volta do assunto em análise bem como algumas das principais ideias da legislação que regula o sector de águas em Moçambique.

No terceiro capítulo é apresentado o enquadramento teórico e conceptual, destacando-se a apresentação das principais ideias da teoria fenomenológica de Alfred Schutz (1979) bem como, a

definição e operacionalização dos principais conceitos invocados para esta pesquisa. O quarto capítulo está reservado à metodologia onde são apresentados os principais procedimentos que foram usados no processo de colecta e tratamento da informação que compõe esta dissertação.

O quinto capítulo consiste na apresentação e discussão dos resultados da pesquisa. Nele são apresentadas e analisadas as principais constatações do trabalho de campo com recurso as teorias e conceitos propostos. Seguidamente, o sexto capítulo apresenta as principais conclusões e algumas recomendações; no final da dissertação são apresentados a bibliografia utilizada e alguns anexos compostos pelos instrumentos aplicados no processo de recolha de dados.

1.2. Contextualização

Moçambique é um país vulnerável no que diz respeito aos recursos hídricos devido a alta dependência em recursos hídricos compartilhados. A Estratégia Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (2007) refere que Moçambique é um Estado ripário¹ e jusante² em todos os nove rios principais, respectivamente, Zambeze, Maputo, Umbeluzi, Limpopo, Save, Púngue, Incomáti e Búzi, excepto o Rovuma, em que é um ripário paralelo.

Mais de metade dos recursos hídricos do país tem origem fora do território nacional. No Sul do país, por exemplo, todos os principais rios – Maputo, Umbeluzi, Incomáti, Limpopo e Save – têm origem em países vizinhos. A exploração das águas desses rios nos países vizinhos, junto à alta variabilidade do fluxo, reduz a disponibilidade de água nas bacias nacionais e aumenta a vulnerabilidade hídrica na região Sul. A gestão das bacias hidrológicas e das reservas dos rios acima mencionados tem impacto directo nos próprios riscos do país, particularmente em relação a secas e enchentes.

Em Moçambique a gestão da água é um grande problema e preocupação da sociedade devido a

¹ Designação dada a zona pertencente às margens dos cursos de água (FONTE: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ripario>)

² Jusante é o fluxo normal da água, de um ponto mais alto para um ponto mais baixo. A jusante é o lado para onde se dirige a corrente de água. O termo jusante vem do latim “jusum” que significa vazante, para o lado da foz, ou seja, toda água que desce para a foz do rio é a jusante (FONTE: <https://www.significados.com.br/jusante-e-montante/>)

fenómenos como as calamidades naturais, as cheias entre outras, daí a necessidade de uma melhor gestão e distribuição. Este problema torna-se cada vez mais de difícil solução devido ao aparecimento de novas zonas habitacionais e a má gestão do uso da água, que provoca o desperdício, consumo crescente, contaminação das nascentes e as alterações climáticas.

A Política Nacional de Água (PNA, 2007) refere que em 1995 a grande prioridade do governo foi a recuperação dos serviços básicos de água, em particular o abastecimento de água às áreas urbanas, periurbanas e rurais. Este documento refere que o futuro desejado é de que a água esteja disponível em quantidade e qualidade adequadas para as gerações actuais e futuras, servindo para o desenvolvimento sustentável, redução da pobreza e promoção do bem-estar onde se minimizam os efeitos negativos das cheias, secas e outros fenómenos naturais.

Contudo, apesar dessa idealização da PNA (2007) e demais instrumentos estratégicos e legais do governo, o abastecimento de água potável continua distante de satisfazer a demanda, sobretudo nas zonas rurais (IDS, 2011). É diante desta situação que florescem algumas iniciativas privadas de abastecimento de água que olham para a prática como uma possibilidade de geração de lucros.

Em diferentes locais onde o Estado não provê água às comunidades, iniciativas privadas tem sido desenvolvidas para suprir essa necessidade. No caso concreto das zonas rurais a água é, por um lado, um bem natural que, devido a vários factores que provocam a sua escassez, torna-se fonte de rendimento. Nas comunidades onde o abastecimento de água é interrompido, existem pessoas singulares que abrem furos e garantem o armazenamento em grandes depósitos para posterior abastecimento às mesmas.

A prática de fornecimento privado de água levanta algumas questões merecedoras de análises, entre elas: que implicações esta prática tem ao nível das comunidades locais? Que dinâmicas socioeconómicas são geradas a volta do fornecimento privado de água? Trazendo estas questões, a ideia é compreender se o fornecimento privado da água contribui ou não para o desenvolvimento das comunidades locais por um lado e, por outro lado, compreender como é entendida a prestação de um serviço por entidades privadas.

1.3. Justificativa

O Estado moçambicano reconhece através das suas políticas e estratégias – PNA (2007) e Estratégia Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (2007) – que a situação de abastecimento e gestão da água no país ainda não atingiu níveis satisfatórios. Por conta disso, o Governo afirma que tem estado a mobilizar recursos, estratégias e medidas no sentido de garantir que mais pessoas tenham acesso a fontes de água potável.

Como foi referenciado anteriormente, em Moçambique observam-se situações de zonas onde os serviços públicos de água não chegam e diante dessa situação existem fornecedores privados que vêm na escassez deste recurso a possibilidade de fazer negócio. A pesquisa realizada teve em vista compreender as dinâmicas socioeconómicas decorrentes da existência do fornecimento privado de água potável na localidade de Ngalunde no distrito de Marracuene na província de Maputo.

Sob o ponto de vista sociológico, este estudo justifica-se pertinente na medida em que produz uma abordagem que procura captar os significados que os actores sociais constroem a volta dos objectos com os quais lidam no quotidiano. Esta perspectiva ajuda a compreender como é que os indivíduos entendem, por um lado, a ausência do serviço público de abastecimento de água e, por outro lado, o facto de esse serviço estar a ser fornecido por agentes privados.

Defende-se aqui que a integração da perspectiva local nas políticas públicas para o sector de águas pode ajudar a tornar eficazes as estratégias e iniciativas do Estado. Este estudo traz, em primeiro lugar, os impactos socioeconómicos das iniciativas privadas de abastecimento de água ao nível das comunidades locais e, em segundo lugar, traz uma abordagem local às questões relacionadas com o desenvolvimento anteriormente mencionado.

Segundo Estratégia Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (2007), devido as dificuldades enfrentadas pelo Estado em mobilizar recursos para o sector de águas, a estratégia de desenvolvimento adoptada pelo Governo, inclui de forma explícita o uso do sector privado, onde for apropriado, através de parcerias públicas privadas. Esta estratégia refere que o Governo de Moçambique apoia totalmente a criação de um ambiente favorável para encorajar a participação do sector privado nos sectores usuários de água, envolvendo incentivos financeiros e investimentos em grandes infraestruturas de captação e distribuição.

Contudo, integrar privados pressupõe tornar o fornecimento de um bem público essencial em negócio e, sendo um negócio que envolve a obtenção de lucros, os grupos sociais com baixos rendimentos podem enfrentar dificuldades no acesso a água. Assim sendo, defende-se a ideia segundo a qual o Governo de Moçambique deve integrar os operadores privados no desenho de políticas e estratégias que visam aumentar a disponibilidade de água potável para a população a um preço que seja considerado justo e acessível também para aqueles grupos com baixos rendimentos.

Mais ainda, acredita-se que esta pesquisa pode ajudar a melhorar as políticas de fornecimento de água na medida em que aborda um assunto do fornecimento privado que se tem mostrado alternativo à inexistência de provimento público deste recurso.

A escolha de Ngalunde deve-se ao facto desta região ter observado uma elevada taxa de ocupação de espaços para habitação e outras actividades, uma situação que constituiu um desafio no que diz respeito ao fornecimento de água. A expansão populacional nesta zona não foi acompanhada pela expansão da rede pública de água, algo que favoreceu o florescimento de iniciativas privadas de fornecimento deste recurso. Entretanto, a ideia de privatização da água coloca em discussão, entre muitos aspectos, as taxas que os operadores privados cobram para o seu fornecimento. Assim, entende-se necessária uma análise às opiniões contruídas pelas comunidades a volta deste tipo de fornecimento de água.

CAPÍTULO II

2.1. Revisão da literatura

Diferentes estudos foram desenvolvidos a volta do sector de águas. No contexto moçambicano, tais estudos não tem um carácter sociológico e apontam sobretudo para aspectos relacionados com a sua distribuição e exploração sustentável no contexto dos desafios de abastecimento de água no país. A pesquisa bibliográfica levou também a outros contextos não necessariamente moçambicanos onde existem estudos sociológicos e antropológicos sobre a água.

Nesta revisão da literatura começa-se por apresentar as principais linhas de abordagem dos estudos moçambicanos e seguidamente os estudos sociológicos e antropológicos sobre a água. No final deste capítulo também serão apresentadas as principais ideias dos documentos estratégicos e legislação sobre a água no país.

Em Moçambique destacam-se três estudos voltados para o sector de águas nomeadamente os estudos de, Jansz (2011), Uandela (2012) e Rosário & Guambe (2015). Jansz (2011) fez um estudo sobre a sustentabilidade do abastecimento de água na província do Niassa e seu objectivo principal foi e investigar os factores que afectam a sustentabilidade do abastecimento de água rural em Moçambique.

Segundo a autora, apesar dos apoios que o país recebe de organizações internacionais, diferentes factores tem concorrido para a insustentabilidade dos pequenos sistemas de abastecimento de água nas zonas rurais da província de Niassa entre eles, a desarticulação dos comités comunitários de gestão de água, as dificuldades financeiras para custear a manutenção dos sistemas, o desconhecimento das políticas de água por parte dos agentes do Estado ao nível local e o deficiente apoio dos parceiros de cooperação no sector de águas.

Nesta ordem de ideias, defende-se que

“a sustentabilidade do abastecimento de água rural depende da interacção de um número de factores diferentes. Ela só poderá ser melhorada se estes factores forem tomados em conta de forma holística, como a soma das partes de uma solução para resolver a sustentabilidade do abastecimento de água rural. A necessidade de melhorar um factor comparado com outro em diferentes projectos de abastecimento de

água rural irá variar dependendo do contexto, no entanto será imperativo considerar todos estes factores em conjunto, bem como as ligações entre eles” (Jansz, 2011: p. 45).

Por seu turno, Uandela (2012) desenvolveu um estudo que tinha por objectivo principal analisar a provisão de serviços públicos de abastecimento de água pelos governos locais a nível dos distritos e municípios, no contexto da descentralização e desconcentração. A ideia do autor é perceber se a descentralização e a desconcentração contribuem para o melhoramento da sustentabilidade dos serviços de água prestados aos cidadãos que, em princípio, devem participar de todo o processo de gestão dos recursos hídricos.

Para Uandela (2012: p. 400), “o quadro institucional para a gestão local de pequenos sistemas, bem como a diversidade de abordagens institucionais não criou as condições necessárias e suficientes para uma gestão eficaz e eficiente destes sistemas”. Esta constatação advém do facto do autor ter observado que apesar da descentralização, os sistemas de abastecimento de água ainda não são capazes de gerar renda para garantir a sua autossustentabilidade daí as constantes intervenções feitas a partir do Governo Central.

Aqui coloca-se o problema de que os gestores locais não tem capacidades nem condições necessárias para desenvolver actividades de fornecimento de água sem o suporte as estruturas ao mais alto nível. Como resposta, o Governo tem expandido a gestão centralizada da água através do FIPAG, uma medida que pode se traduzir na marginalização dos governos locais nos processos de tomada de decisão relativamente a gestão dos recursos hídricos.

O terceiro estudo que é aqui trazido é o de Rosário & Guambe (2015). O objectivo deste estudo é

“é perceber porque é que os serviços de água não melhoraram ou porque é que as políticas de gestão de água fracassaram ao longo do tempo, mas, sim, como é que os limitados serviços fornecidos podem (ou não) mudar a percepção que as populações, principais beneficiárias deste serviço, têm do Estado” (Rosário & Guambe, 2015: p. 100).

Na argumentação dos autores, a água – um recurso escasso em algumas regiões do país – é utilizada como um dispositivo de poder com o objectivo de penetrar nas sociedades; o fornecimento da água politicamente aproveitado em esquemas de trocas de favores e na influência ao sentido de votos dos beneficiários da mesma. Esta situação fragiliza as possíveis acções tendentes ao melhoramento

da gestão dos serviços de fornecimento de água.

Tomando como exemplo o município de Nacala Porto na província de Nampula, estes autores constataam que a resposta do Estado para limitações no fornecimento de água tem sido a desconcentração e o apelo à iniciativa privada. Contudo, estas formas de resposta têm-se traduzido em “forte pressão mais ou menos informal, mais ou menos coordenada e mais ou menos dirigida de constituir redes com os fornecedores de água, influenciando a definição dos modos de acção e as práticas quotidianas de gestão de água” (Rosário & Guambe, 2015: p. 117).

Como se pode observar nos autores anteriormente mencionados, a questão central prende-se com a sustentabilidade dos mecanismos de captação e distribuição da água. A seguir são apresentadas as ideias principais dos estudos sociológicos e antropológicos sobre a água. Neste sentido, destacam-se aqui os estudos de Durand (2003); Godoy (2007); Silva e seus colegas (2009); Fracalanza e seus colegas (2013); Agra (2015) e Franci & Trigueiro (2015).

O estudo de Durand (2003) apresenta uma abordagem antropológica e com o objectivo de fazer uma retrospectiva sobre a abordagem antropológica da água, chamando atenção para a possibilidade da disciplina ser mais atenta a aspectos como o facto de a água ser um bem de consumo de massas e as dimensões política e técnica das infraestruturas hidráulicas. No contexto dessa retrospectiva, o autor identifica 5 (cinco) eixos principais de estudos da água na Antropologia.

No primeiro eixo discutem-se aspectos como as técnicas das operações de aquisição da água para o consumo humano e animal e para a irrigação, o uso da água enquanto fonte de energia bem como, questões relacionadas com a água enquanto meio de acção físico-química sobre a matéria. No segundo eixo, as abordagens estão voltadas para os aspectos económicos e sociais do controlo da água, com destaque para “o domínio individual ou comunitário sobre os recursos; a divisão sexual de todos os aspectos da relação com a água; a organização e o controlo intra e intercomunidades do acesso ao recurso” (Durand, 2003: p. 22).

No terceiro eixo as preocupações dos antropólogos prendem-se com o impacto da água no dia das comunidades. Aqui, analisam-se questões como a distribuição das fontes de água na comunidade; as relações sociais que se estabelecem a volta da procura, captação, transporte e consumo da água

bem como, as trajetórias individuais e colectivas motivadas pela procura deste recurso para diferentes finalidades.

Relativamente ao quarto eixo, nele discutem-se as representações sociais e saberes que são construídos a volta da água, enfatizando-se aspectos como

“a diferenciação lexical dos vários tipos de água; as ideias etnogeográficas acerca do ciclo da água, do seu comportamento e dos seus trajectos subterrâneos; os métodos da sua busca; a avaliação estética do gosto das águas locais e a determinação das suas qualidades” (Durand, 2003: p. 22).

No quinto e último eixo pesquisa-se a dimensão cognitiva da relação que os indivíduos e grupos estabelecem com a água. Aqui, o estudo deste recurso está voltado para a captação da sua dimensão simbólica, para os seus significados que variam muito de contexto para contexto e em função das dificuldades para aceder a água.

Por seu turno, Godoy (2007) elaborou um estudo cujo objectivo era o de resgatar e apresentar os factores limitantes da teoria neoclássica que serve de base para a implementação de políticas governamentais de recursos hídricos no Brasil. Nesta perspectiva, a autora observa que o Governo brasileiro orienta suas políticas sobre os recursos hídricos baseando-se nas teorias clássicas da economia segundo as quais a água é abundante não sendo necessário um grande trabalho para ter acesso a mesma.

A água é considerada valiosa contudo, não tem valor de troca dada a sua abundância na natureza. Contudo, as actividades humanas voltadas para o melhoramento do bem-estar dos indivíduos traduzem-se muitas vezes na degradação ambiental que inclui a poluição das águas. Esta situação leva a que seja necessário considerar a utilidade deste recurso pois, a sua captação, tratamento e distribuição envolvem custos muito elevados.

A perspectiva clássica da economia aplicada à gestão dos recursos hídricos é considerada limitante segundo Godoy (2007) na medida em que ignora as relações sociais e culturais que estabelecem a volta da captação e consumo da água. Neste sentido, o autor defende que as políticas de gestão de recursos hídricos deve envolver os interesses dos diferentes extratos da população, dos agentes económicos e do governo que possuem níveis diferenciados de informação sobre a água.

Um outro estudo sociológico desenvolvido nesta temática é o de Silva e seus colegas (2009). Estes autores procuraram captar as dinâmicas sociais relativas ao manejo dos recursos hídricos nas regiões rurais de Boa Vista e Mantadas no Brasil. O objectivo principal foi

“analisar as principais dinâmicas sociais que resultaram no atual cenário das políticas públicas relacionadas ao enfrentamento dos problemas de abastecimento de água na área citada, a partir do estudo do caso da estratégia de construção de cisternas de placas em comunidades rurais do semiárido paraibano” (Silva e seus colegas, 2009: p. 142).

Articulando suas análises com as ideias da ecologia política, estes autores chegam a duas constatações principais. A primeira é a de que, depois de muitas medidas e políticas falhadas no sector de águas, o governo brasileiro passou a incorporar o discurso do desenvolvimento sustentável e desenvolveu um programa de construção de cisternas domésticas nos domicílios da população que vive nas regiões semiáridas em análise no estudo.

A segunda constatação é a de que esse programa de construção de cisternas possibilitou o aparecimento de redes de clientelismo entre os governantes e as empresas responsáveis pela construção e abastecimento das mesmas. Aconteceu também que houve uma apropriação política do projecto que foi posteriormente utilizado para disseminar a ideia de que o governo está preocupado com o desenvolvimento sustentável da região; esta apropriação reflectiu-se nos resultados eleitorais.

O estudo de Fracalanza e seus colegas (2013) analisa as questões relacionadas com a igualdade no acesso a água. O objectivo dos autores é verificar de que modo a vulnerabilidade social associada ao saneamento ambiental relaciona-se a injustiça ambiental no Brasil. Neste estudo defende-se que “o processo de elaboração de políticas públicas no campo dos recursos hídricos incorpore medidas compensatórias e distributivas que minimizem os efeitos perversos das desigualdades socioeconômicas” (Fracalanza e seus colegas, 2013: p. 19).

Estes autores sustentam a ideia segundo a qual o fluxo migratório para as áreas urbanas gerou um crescimento grande e desordenado das cidades. Muitas vezes os migrantes – maioritariamente pessoas excluídas do emprego formal altamente remunerado – acabam se instalando em assentamentos informais localizados na periferia das cidades. Nesses assentamentos, a

característica principal é a exclusão aos serviços básicos como transporte, electricidade e, acima de tudo, água potável.

Deste modo, os habitantes das periferias são duplamente excluídos: por um lado, são economicamente excluídos e, por outro lado, são ambientalmente excluídos na medida em que residem em zonas inapropriadas para a habitação.

“A injustiça ambiental, no contexto do desenvolvimento humano, manifesta-se de maneira perversa, negando aos pobres a liberdade de ter acesso a recursos para se alimentar, ter saúde, morar em local adequado, dispor de educação de qualidade e de um emprego decente, e ainda priva-lhes do acesso aos recursos ambientais fundamentais como, por exemplo, água potável” (Fracalanza e seus colegas, 2013: p. 21).

Estes autores criticam o facto dos indivíduos de baixa renda estarem sujeitos ao pagamento dos serviços de saneamento aos quais não tem acesso integral. No contexto brasileiro tem havido tendência para o endossamento de políticas públicas que priorizam o uso de recursos hídricos para actividades de geração de rendimentos, o que penaliza a distribuição da mesma para as camadas da população que possui baixa renda.

Combinando as perspectivas das Geografia Cultural e da Sociologia, Agra (2015) desenvolveu um estudo cujo objectivo principal consistiu em conhecer como se constituem os sentidos culturalmente construídos nas comunidades rurais da Amazônia, as percepções dos sujeitos e suas representações sociais sobre a importância, o uso e a preservação da água. Nesse sentido, o autor observa que as representações sociais da água estão relacionadas com as experiências das comunidades em lidar com as adversas condições relacionadas com a água.

“Nessas comunidades portovelhenses, ficou claro que suas representações sociais em relação à água já não se ancoram em condições de vida anteriores (fartura da pesca, enchentes com épocas certas, espaço de criação e plantio), ancoram-se em condições adversas (construção de usinas, falta do peixe, desbarrancamento e enchentes constantes)” (Agra, 2015: p. 209).

Este autor destaca o facto da população ribeirinha dos rios da Amazônia não estar alheia as transformações das paisagens e condições dos rios em decorrência das actividades humanas cuja execução pressupõe o desflorestamento. É cada vez mais comum a população – outrora habituada a fartura dos rios – preocupar-se cada vez mais com fenómenos como o assoreamento, enchentes

e falta de peixe.

O último estudo que é trazido para esta revisão da literatura é o de Franci & Trigueiro (2015). Fazendo um estudo voltado para as percepções sociais da água em contexto da mediatização da crise hídrica e dos problemas ambientais, estes autores procuraram identificar como diferentes moradores de condomínios da cidade de Vila Velha no Brasil tem lidado com o assunto da escassez da água.

A abordagem destes autores compreendeu a avaliação das percepções dos moradores dessa cidade relativamente a importância das práticas individuais de conservação da água. Nesse sentido observa-se que “a dramatização feita pela *media* com relação à falta da água parece ter gerado uma certa permeabilidade no âmbito individual das mudanças de hábitos em alguns casos analisados” (Franci & Trigueiro, 2015: p. 12).

Os indivíduos começam a dar maior importância à necessidade de conservação da água contudo, ainda não existem acções integradas, organizadas e colectivas visando consciencializar os moradores desta cidade sobre a importância da conservação da água. Mais ainda, a percepção de que a água é um recurso inesgotável também começa a se desfazer face aos relatos mediatizados a volta da escassez da mesma.

Estas são as abordagens mais relevantes que foram encontradas na pesquisa bibliográfica. Os temas mais destacados são a gestão da água no contexto da sua escassez; os problemas sociais, políticos e económicos decorrentes da escassez da água bem como, as percepções sociais a volta deste recurso.

Diferentemente das abordagens apresentadas, a perspectiva deste estudo procura captar as dinâmicas socioeconómicas locais no contexto das zonas abastecidas por furos de iniciativa privada. A ideia é compreender as relações sociais que se constroem a volta da procura, captação, conservação e utilização da água.

2.2. Legislação, estratégias e programas do sector de águas em Moçambique

Moçambique dispõe de um conjunto de leis e documentos estratégicos que expressam a visão do Estado em relação ao sector dos recursos hídricos. Neste ponto da dissertação faz-se uma apresentação das ideias contidas nas principais leis e nos principais programas e estratégias para o sector de águas no país.

O país dispõe de vários dispositivos legais que regulam a captação, armazenamento, distribuição e gestão de água. Estes dispositivos regulam sobretudo as entidades que tem por responsabilidade executar a visão do Governo em relação aos recursos hídricos. No contexto desta pesquisa, foram considerados relevantes quatro documentos legais, nomeadamente:

- Lei nº16/91 de 3 de Agosto, a Lei de Águas;
- Decreto nº 73/98 que cria o Fundo de Abastecimento e Património de Águas;
- Diploma Ministerial nº180/2004 que aprova o Regulamento sobre a Qualidade da Água para o consumo humano; e
- Decreto nº43/2007 que aprova o Regulamento de Licenças e Concessões de Águas;

Tabela 1³: Resumo das ideias da legislação do sector de águas em Moçambique.

N	DOCUMENTO LEGAL	OBJECTIVOS
1	Lei nº16/91 de 3 de Agosto – Lei de Águas	– Definir domínio público hídrico do Estado e a política geral da sua gestão; – Definir o regime jurídico geral das actividades de protecção e conservação, inventário, uso e aproveitamento, controlo e fiscalização dos recursos hídricos;

³ FONTE: Autora, adaptado da leitura dos instrumentos em referência.

		<ul style="list-style-type: none"> – Definir as competências atribuídas ao Governo em relação ao domínio público hídrico.
2	Decreto nº 73/98 que cria o Fundo de Abastecimento e Património de Águas	<ul style="list-style-type: none"> – Atribuir ao FIPAG a responsabilidade pela gestão do programa de investimento público nos sistemas de abastecimento de água que lhe forem conferidos; – Promover através do FIPAG uma gestão autónoma eficiente e financeiramente viável dos sistemas de abastecimento de água que lhe forem confiados; – Conferir ao FIPAG a competência para garantir transitoriamente a gestão e exploração de sistemas de abastecimento de água em situação em que estes não se encontram ainda concedidos ou sob contrato de gestão, ou quando situações excepcionais de carácter transitório determinem a intervenção pública.
3	Diploma Ministerial nº180/2004 que aprova o Regulamento sobre a Qualidade da Água para o consumo humano	<ul style="list-style-type: none"> – Fixar os parâmetros de qualidade da água destinada ao consumo humano e as modalidades de realização do seu controlo, visando proteger a saúde humana dos efeitos nocivos resultantes de qualquer contaminação que possa ocorrer nas diferentes etapas do sistema de abastecimento de água desde a captação até a disponibilização ao consumidor.
4	Decreto nº43/2007 que aprova o Regulamento de Licenças e Concessões de Águas	<ul style="list-style-type: none"> – Melhorar o uso das águas disponíveis através da sua utilização racional e planificada; – Garantir o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos mediante o melhor aproveitamento das águas de acordo com uma visão global e integrada do ambiente;

		<ul style="list-style-type: none"> – Lutar contra os desperdícios e pela possibilidade de utilização para fins múltiplos, garantindo a regularização de caudais para, designadamente manter os ecossistemas fluviais e estuários; – Garantir a boa qualidade do ambiente, através da luta contra a contaminação das águas e mediante a responsabilização de quem contamina ou, de outra forma, degrada a qualidade das águas; – Prevenir os efeitos nocivos das águas evitando os impactos ambientais negativos da erosão dos solos e das cheias; – Procurar equilíbrios para o conjunto dos utentes nos casos de utilizações múltiplas e conflituosas das águas do domínio público.
5	Decreto nº51/2015 de 31 de Dezembro que aprova o Regulamento do Licenciamento de Serviços de Abastecimento de Água por Fornecedores Privados	<ul style="list-style-type: none"> – Estabelecer o regime, requisitos, procedimentos práticos aplicáveis à prestação de serviços de abastecimento de água potável por fornecedores privados – Assegurar que o fornecimento privado seja complementar ao serviço público – Estabelecer parâmetros que garantam a protecção da saúde pública, dos consumidores, dos recursos hídricos e do meio ambiente

Pelos objectivos da legislação acima transcritos, observa-se alguma preocupação do Estado em garantir uma exploração sustentável e não nociva dos recursos hídricos disponíveis. No caso dos fornecedores privados, a lei estabelece que são deveres destes:

- Manter o fornecimento contínuo de água aos seus clientes durante a vigência do contrato com os mesmos;
- Observar os padrões técnicos aprovados pelo Ministro que superintende a área do abastecimento de água e saneamento com os padrões ambientais, de acordo com a lei vigente;
- Cumprir as regras e normas que regem a qualidade dos equipamentos utilizados no abastecimento de água;
- Cumprir as regras e normas que regem a qualidade de água para o consumo humano;
- Cumprir com a demais legislação que seja aplicável ao sector e manter em arquivo a documentação pertinente aos indicadores regulados;
- Sujeitar-se à regulação da qualidade do serviço, avaliação do desempenho, do sistema tarifário e o relacionamento com os consumidores;
- Informar atempadamente ao cliente sobre qualquer anomalia que altere o fornecimento de água;
- Colaborar com as autoridades licenciadoras e reguladora, prestando a informação de dados que lhe forem solicitados, no âmbito da fiscalização e monitoria.

Este quadro de deveres dos fornecedores juntam-se dos direitos dos clientes entre eles, os direitos de reclamar em caso de anomalias; recorrer ao regulador quando suas reclamações não forem satisfeitas; ser informado em caso de interrupção no fornecimento de água; ser informado ou esclarecido na eventualidade de existirem dúvidas.

Relativamente aos preços, a lei estabelece que o Centro de Regulação de Água (CRA) tem a responsabilidade de indicar e fazer revisão periódica dos valores que devem ser cobrados pelo fornecimento de água. Mais ainda, refere que o valor que o consumidor deve pagar só pode ser marcado mediante a existência de um contador que indica a quantidade de água consumida. É também estabelecida a regularidade das avaliações da qualidade de água fornecida.

Apesar destas disposições legais, a pesquisa permitiu constatar práticas que são contrárias à lei. Primeiro, existem situações em que o preço cobrado pela água depende do acordo entre o fornecedor e o consumidor, independentemente das quantidades consumidas e, segundo, não há um controle regular da qualidade da água que é fornecida; esse controle é feito somente no acto de abertura do furo de água.

Fora a estes documentos, o país dispõe também de um conjunto de estratégias e programas que espelham a visão do Estado em relação as acções prioritárias a executar para o sector das águas, entre eles:

- Política Nacional de Águas (PNA, 1995)⁴;
- Estratégia Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (2007);
- Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR 2010-2015);
- Estratégia de Desenvolvimento do Sector de Águas em Moçambique (2012).

Tabela 2⁵: Resumo das ideias dos programas/estratégias do sector de águas em Moçambique.

N	PROGRAMA/ESTRATÉGIA	OBJECTIVOS
1	Política Nacional de Águas (PNA, 1995);	<ul style="list-style-type: none"> – Reabilitar, conservar e expandir os sistemas de abastecimento de água das zonas urbanas; – Satisfazer as necessidades básicas em abastecimento de água aos grupos de baixos rendimentos vivendo em áreas periurbanas;

⁴ A Política Nacional de Águas foi actualizada em 2007 pelo Conselho de Ministros, passando a enfatizar também aspectos relacionados com a participação das comunidades na planificação do sector de águas.

⁵ FONTE: Autora, adaptado da leitura dos instrumentos em referência.

		<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar infraestruturas básicas de abastecimento de água para grupos de baixos rendimentos, muito em especial os localizados nas zonas rurais; – Mobilizar investimentos para reabilitar e construir sistemas de saneamento nas zonas urbanas e rurais;
2	Estratégia Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (2007)	<ul style="list-style-type: none"> – Implementar efectivamente a Política de Águas, cuja meta compreende a satisfação das necessidades básicas de abastecimento de água para o consumo humano, melhoramento do saneamento, utilização eficiente da água para o desenvolvimento económico, água para conservação ambiental, redução da vulnerabilidade à cheias e secas, e promoção da paz e integração regional, bem como garantir os recursos hídricos para o desenvolvimento de Moçambique
3	Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR 2010-2015)	<ul style="list-style-type: none"> – Contribuir para a satisfação das necessidades humanas básicas, melhorar o bem-estar e reduzir a pobreza rural, através do aumento do uso e acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento; – Melhorar a qualidade e aumentar a cobertura e a sustentabilidade dos serviços de água e saneamento; – Alargar o leque de opções tecnológicas e modelos de gestão; – Descentralizar e fortalecer as instituições e os recursos humanos do subsector;

		<ul style="list-style-type: none"> – Fortalecer a relação entre a planificação, o financiamento e a descentralização.
4	Estratégia de Desenvolvimento do Sector de Águas em Moçambique (2012)	<ul style="list-style-type: none"> – Aumentar a provisão e acesso a água potável nas zonas rurais e vilas para 69% da população, servindo a 13,5 Milhões de pessoas no ano 2014; – Aumentar a provisão e acesso a água potável nas zonas urbanas e vilas para 70% da população, servindo a 4.0 Milhões de pessoas no ano 2014; – Aumentar a provisão de serviços de saneamento para 48% da população, nas zonas rurais servindo a 8 Milhões de pessoas em 2014; – Aumentar a provisão de serviços de saneamento para 80%, nas zonas urbanas servindo a 7 Milhões de pessoas em 2014; – Assegurar a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos desenvolvendo e mantendo as infraestruturas hidráulicas que garantam a disponibilidade de água para responder as demandas de água para satisfação das necessidades básicas da população, ao desenvolvimento socioeconómico e a mitigação dos impactos negativos das cheias e secas.

De forma geral, este é o quadro legal e programático do Estado no que diz respeito a sua intervenção no sector das águas. Estes documentos foram aqui trazidos com o objectivo de compreender que normas e instrumentos regulam a gestão dos recursos hídricos no país e, apesar dos mesmos, persistem desafios relacionados com a disponibilidade de água para o consumo

humano no país.

Dados divulgados⁶ nas celebrações do dia mundial da água⁷ pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) indicam que em 2016 o nível de cobertura de água potável nas zonas rurais era de 44% contra 84% das zonas urbanas sendo que, um furo de água estava para 300 pessoas nas zonas rurais e 12 000 pessoas nas zonas urbanas. Para as autoridades governamentais, expandir a disponibilidade de água para o consumo humano é um dos maiores desafios do presente quinquénio.

⁶ Vide: Programa Telejornal da Televisão de Moçambique do dia 22 de Março de 2017.

⁷ Em 2017 o lema das celebrações foi “água residual: promovendo sua reutilização para o desenvolvimento sustentável”. O evento chamou atenção para a necessidade de reutilização da água que deriva da indústria e de outras actividades humanas para fins como a agricultura, uma forma de poupar água potável que tem sido cada vez mais escassa.

CAPÍTULO III

3.1. Enquadramento teórico-conceitual

A teoria que orientou a realização deste trabalho foi a de *fenomenologia* de Alfred Schutz (1979). Inspirada na filosofia fenomenológica de Edmund Husserl, a fenomenologia de Schutz (1979) confere primazia a compreensão do significado que os indivíduos atribuem aos factos em função das suas experiências quotidianas. Trata-se de compreender as acções dos indivíduos em função das suas experiências significativas anteriores.

As experiências de que se fala são subjectivas e se circunscrevem ao mundo da vida dos indivíduos ou seja “a esfera das experiências quotidianas, direcções e acções através das quais os indivíduos lidam com os seus interesses e negócios, manipulando objectos, tratando com pessoas, concebendo e realizando planos” (Wagner, 1979: p. 16). Schutz (1979) propõe compreender o mundo da vida sob três ângulos.

Primeiro, através da análise da atitude natural que auxilia o indivíduo a operar no mundo da vida. Esta atitude consiste na “postura que reconhece os factos objectivos, as condições para as acções de acordo com os objectos à volta, a vontade e as intenções dos outros com que tem que cooperar ou lidar, as imposições dos costumes e as proibições da lei, e assim por diante” (Wagner, 1979: p. 16).

“O mundo da vida cotidiana significará o mundo intersubjectivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores, como um mundo organizado. Ele agora se dá à nossa experiência e interpretação. Toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas (...), funcionam como um código de referência” (Schutz, 1979: p. 71).

O indivíduo é imbuído de um conjunto de experiências que lhe dotam alguma familiaridade em relação às situações do quotidiano; este assume uma atitude natural porque carrega um conjunto de experiências que tornam as situações ou factos não estranhos a possíveis interpretações.

Em segundo lugar, o autor preocupa-se com os principais factores que determinam a conduta dos indivíduos no mundo da vida. Schutz entende que a conduta do indivíduo reflecte o conjunto de

experiências pelas quais este passou antes de chegar a uma situação prática determinada. Neste ponto o autor fala em situação biográfica.

“Todo o momento da vida de um homem é uma situação biográfica determinada em que ele se encontra, isto é, o ambiente físico e sociocultural conforme definido por ele, dentro do qual ele tem a sua posição, não apenas posição em termos de espaço físico e tempo exterior, ou de seu *status* e papel dentro do sistema social, mas também sua posição moral e ideológica” (Schutz, 1979: p. 73).

O indivíduo tem uma história e sua consciência é a sedimentação das várias experiências anteriores e que são organizadas de acordo com o seu estoque de conhecimento. Assim, em qualquer momento de acção ou interacção o indivíduo se encontra numa situação biográfica determinada pois, a avaliação de cada situação que este faz corresponde a episódios de um passado particular de sua vida.

Em terceiro lugar, o autor analisa “os meios através dos quais um indivíduo se orienta nas situações da vida, da experiência que armazenou e do estoque de conhecimento que tem na mão” (Wagner, 1979: p. 17). São as experiências passadas que indivíduo armazena que servem de quadro de referência para as decisões, planos e acções que este deve tomar no mundo da vida. As interpretações do indivíduo em relação ao mundo da vida são feitas tendo em referência suas experiências passadas numa situação similar ou próxima.

Apesar do indivíduo criar um mundo próprio – onde armazena suas experiências e que lhe orientam na cognição do mundo – este toma o mundo social a sua volta como pressuposto. Ou seja, os quadros de referência que usa para interpretar o mundo lhes são dados pelo contexto social e cultural em que se encontra inserido. Isto significa que por mais que o indivíduo tenha formas particulares de interpretar a realidade, estas estão sempre em consonância com os valores e crenças do contexto no qual está inserido.

Por conta dessas disposições sociais, apesar do indivíduo poder desenvolver uma interpretação própria do mundo, há aquelas visões do mesmo que remetem para interpretações colectivas dos factos.

“A questão é (...) como as múltiplas interpretações particulares dos que compõem a concepção relativamente natural do mundo, em qualquer comunidade cultural, convergem para uma visão

comum do mundo. (...) Essa unidade de visões depende, antes de tudo, da crença por parte dos membros da comunidade de que compartilham suas concepções do mundo. Em segundo lugar, depende do seu uso das mesmas expressões e formulações padronizadas quando aplicam ou explicam essas concepções” (Wagner, 1979: p. 18)

Está-se aqui no domínio da intersubjectividade. Ou seja, quando está-se diante de significados compartilhados entre os membros de uma colectividade. O mundo intersubjectivo é constituído pela experiência comum que faz com os indivíduos compreendam uns aos outros, daí a necessidade de analisar a interpretação do mundo por parte do indivíduo em função do contexto em que este se encontra inserido.

Este quadro teórico é aqui trazido porque entende-se que as dinâmicas socioeconómicas locais produzidas no contexto do fornecimento privado de água resultam das experiências quotidianas de procura, armazenamento e consumo de água para diferentes finalidades. As referidas experiências são determinantes para a forma como residentes locais constroem os significados sociais da presença de fornecedores privados de água. Este quadro teórico é pertinente para esta pesquisa uma vez que enfatiza a dimensão experiência como fundamental para compreender as situações sociais com as quais os indivíduos lidam no dia-a-dia. Através da fenomenologia de Alfred Schutz (1979) procurou-se compreender o quotidiano dos residentes de Ngalunde que está relacionado com a procura e consumo de água potável fornecida por operadores privados.

Complementarmente a este quadro teórico são trazidas duas outras abordagens teóricas: a etnometodologia de Harold Garfinkel (1949)⁸ e a teoria das representações sociais de Denise Jodolet (1984). São perspectivas que são trazidas por duas razões: primeiro, são do domínio da microsociologia por procurarem compreender a realidade a partir das mais elementares situações de interacção social e, segundo, por terem sido influenciadas⁹ pela abordagem fenomenológica ao considerarem o individuo um elemento activo na definição das situações sociais.

⁸ *Apud.* Coulon (1995)

⁹ Os livros de Coulon (1995) e Viana (2008) fazem menção a fenomenologia como precursora das discussões da etnometodologia e da teoria das representações sociais, respetivamente.

A Etnometodologia – criada por Harold Garfinkel (1949)¹⁰ – defende a necessidade de compreender o quotidiano a partir daquilo que os actores sociais dizem sobre o mesmo e que resulta das suas interacções sociais. Orientada metodologicamente para a pesquisa qualitativa, a etnometodologia tem o senso comum como objecto de análise pois, dá primazia ao que os actores sociais pensam sobre si, sobre o outro e sobre o mundo em redor (Coulon, 1995).

Com a etnometodologia procurou-se perceber como é que os discursos e práticas a volta da água circunscrevem-se às relações e interacções sociais do contexto específico de Ngalunde; entende-se que estes só são possíveis se entendidos no contexto das múltiplas dinâmicas produzidas no quotidiano de Ngalunde.

Por seu turno, a teoria das representações sociais de Denise Jodolet (1984) procura entender como os indivíduos constroem as interpretações dos objectos com os quais lidam no dia-a-dia. A ideia defendida é que as interpretações dos objectos estão profundamente ligadas aos contextos e experiências dos indivíduos e têm em vista a naturalização das coisas com as quais os mesmos lidam.

Com a teoria das representações sociais procuraram-se elementos que ajudaram a compreender que interpretações são construídas a volta do fornecimento privado de água. A ideia principal que levou a utilização desta teoria consistiu em discutir a representação que a população constrói a volta da água dos privados bem como, a representação que os privados constroem dos consumidores a quem abastecem.

Estes quadros teóricos complementares são trazido pelo facto de se encontrarem na mesma perspectiva da fenomenologia na medida em que defendem a necessidade de compreender a sociedade a partir das situações concretas vividas pelos actores sociais no seu quotidiano. Pela sua orientação para uma abordagem microssocial, estas teorias ajudaram a captar as microdinâmicas sociais produzidas no contexto do fornecimento de água por furos de iniciativa privada.

¹⁰ *Apud.* Coulon (1995)

3.2. Conceitos fundamentais da teoria fenomenológica

Os conceitos da teoria fenomenológica que foram usados na pesquisa são 3: *experiência significativa*, *estoque de conhecimento* e *intersubjectividade*. De acordo com Schutz (1979) são consideradas experiências significativas aquelas experiências que são vistas em retrospectiva, já acabadas ou terminadas, que foram claramente delimitadas e armazenadas as quais se recorre enquanto um quadro de referência.

As experiências significativas constituem-se enquanto as experiências mais consistentes e devidamente sedimentadas pela consciência, elas são “as experiências que foram constituídas como fases de um fluxo de duração e tornaram-se objectos da atenção como experiências constituídas” (Schutz, 1979: p. 63). Todas as experiências pelas quais o indivíduo passa são armazenadas contudo, somente as mais significativas são utilizadas.

O conceito de estoque de conhecimento proposto pela fenomenologia diz respeito ao “conjunto de saberes, informações e saberes do dia-a-dia de que o agente dispõe para interagir com o mundo, interpretá-lo e adaptar-se a ele” (Magalhães, 2007: p. 243). Schutz (1979) refere que o estoque de conhecimento é construído através de actividades anteriores e experiências da consciência, passando o mesmo a ser a posse habitual do indivíduo.

O terceiro e último conceito da fenomenologia que é aqui discutido é intersubjectividade. A intersubjectividade se constitui enquanto mundo compartilhado por todos indivíduos que vivem numa colectividade. Segundo Schutz (1979), o mundo intersubjectivo é constituído pela experiência comum que faz com que os indivíduos se compreendam uns aos outros. Aqui, a fenomenologia confere enfoque aos significados comumente construídos e compartilhados da realidade.

3.3. Operacionalização dos conceitos

A escolha destes conceitos está relacionada com a ideia que se defende nesta dissertação segundo a qual os significados construídos a volta do serviço privado de fornecimento de água potável estão

relacionados com as experiências acumuladas na procura, armazenamento e consumo de água. Mais ainda, tais significados são partilhados na medida em que os problemas relacionados com o fornecimento de água afectam a todos os membros das comunidades da localidade de Ngalunde.

O conceito de experiência significativa é trazido pela necessidade de compreender os significados do abastecimento de água em Ngalunde decorrentes das experiências passadas dos residentes daquela localidade. Defende-se a ideia segundo a qual o que os residentes locais dizem a volta destes serviços de abastecimento de água não pode ser analisado fora das experiências e relações sociais do seu quotidiano.

O conceito de estoque de conhecimento é trazido pela necessidade de identificar e compreender os saberes, os conhecimentos e as práticas quotidianas dos diferentes actores sociais intervenientes no processo de captação, armazenamento, distribuição e consumo de água potável. As experiências relacionadas com a água possibilitam aos actores sociais o acumulo de saberes e conhecimentos que os auxiliam na construção de significados da realidade.

Por fim, o conceito de intersubjectividade que é trazido pela necessidade de compreender os significados comumente construídos a volta do abastecimento privado de água. Os actores sociais vivem num universo social compartilhado cujas dificuldades de procura de água possibilitam a construção de significados comuns e compartilhados dos serviços de abastecimento de água de iniciativa privada.

3.4. Conceitos complementares

Ao longo da dissertação também faz-se menção aos conceitos *comunidades rurais* e *desenvolvimento rural*. A literatura sociológica que aborda estes conceitos o faz no sentido problemático, ou seja, apresenta-os na perspectiva de questionar seus alcances e limites na compreensão de determinadas realidades sociais.

A primeira discussão da Sociologia está relacionada com o que define socialmente o espaço rural. É muito comum o espaço rural ser definido como o oposto de urbano, levando a dicotomização:

rural vs. urbano; agricultura vs. indústria/serviços; atrasado vs. desenvolvido; homogêneo vs. heterógeno. A Sociologia Rural, no início do século XX, distinguia rural e urbano

“estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base nalgumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os polos extremos.” (Baptista, 2001: p. 13).

Segundo Mingione & Pugliese (1987: p. 88), definir o rural conotando-o com a agricultura e em oposição ao urbano pode “esconder certos momentos da actual transformação social e acentuar determinadas clivagens da sociedade que já não existem ou nunca existiram”. Mas esses elementos definidores do rural foram se modificando ao longo da história, ganharam novos contornos: a grande propriedade já não era absoluta, a agricultura se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas periferias das cidades, a própria indústria penetrou nos espaços rurais.

Também se reduziram as diferenças culturais e nas formas de sociabilidade entre campo e cidade. O espaço começou a ser procurado por urbanos, consumidores da natureza e das actividades que esta proporciona. Para Baptista (2001), o mercado já não se limita a trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias nos dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de actividades e de fluxos económicos.

Para superar esta dificuldade, o conceito de comunidade rural é definido tendo em referência a distribuição administrativa do território. Segundo o Fundo Nacional de Água e Saneamento do Brasil (FUNASA, 2011), consideram-se comunidades rurais aquelas que se encontram instaladas fora dos limites urbanos ou fora dos limites dos municípios.

O segundo conceito complementar é desenvolvimento rural. De acordo com Terluin (2003), o estudo teórico das forças que estão por trás do desenvolvimento nas áreas rurais carece de uma disciplina específica, por isto é necessário recorrer a outras disciplinas que tratam do desenvolvimento económico em regiões rurais, como a economia regional e o campo multidisciplinar dos estudos rurais (economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia, etc.).

No campo dos estudos do desenvolvimento rural há três enfoques principais: (1) o do desenvolvimento exógeno, (2) o do desenvolvimento endógeno e (3) o da combinação dos dois. No primeiro enfoque defende-se a ideia segundo a qual o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. As políticas de modernização da agricultura, por exemplo, são entendidas como uma forma de estimular o desenvolvimento rural (Terluin, 2003).

No segundo enfoque, o do desenvolvimento endógeno, entende-se que o desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os actores e as instituições desempenham papel crucial. Um exemplo disso são os distritos industriais. Por fim, o terceiro enfoque aponta para a combinação de forças internas e externas à região, em que os actores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões (Terluin, 2003).

Para efeitos desta dissertação, o conceito aplicado é o da Estratégia de Desenvolvimento Rural de Moçambique (EDR, 2007) segundo a qual o desenvolvimento rural significa transformação da composição e da estrutura social, económica, política, cultural e ambiental das áreas rurais. Assim entendido, o desenvolvimento rural é visto como um processo longo cujo alcance será possível através da adopção de uma perspectiva de desenvolvimento a longo prazo e que abarque as componentes social, institucional e económica. Estes dois conceitos complementares são aqui invocados por duas razões. Primeiro, porque a localidade de Ngalunde no distrito de Marracuene se encontra administrativamente fora dos limites das zonas urbanas moçambicanas. Assim sendo, tendo em conta a conceitualização, a localidade de Ngalunde circunscreve uma zona rural e, por conseguinte, é habitado por comunidades rurais.

Segundo, porque é necessário compreender as transformações que têm ocorrido nas zonas rurais moçambicanas, particularmente as que se encontram nas imediações das cidade de Maputo e Matola. Observa-se uma ocupação e um crescimento populacional nessas imediações rurais e há que compreender que implicações isso tem sob o ponto de vista de desenvolvimento local.

CAPÍTULO IV

4.1. Metodologia

Tendo em conta a abordagem apresentada, esta pesquisa é qualitativa. A pesquisa qualitativa

“considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa” (Prodanov & Freitas, 2013: p. 70).

A abordagem qualitativa é aqui trazida porque a pesquisa procurou captar elementos relativos a construção social dos significados da realidade baseada na experiência quotidiana dos actores sociais. Ou seja, a pesquisa procurou compreender as dinâmicas sociais e económicas relacionadas com o abastecimento de água por furos de iniciativa privada tendo em conta os conhecimentos e saberes construídos a volta do assunto construídos pelos residentes de Ngalunde.

Relativamente as regras de explicação dos factos observados, a pesquisa é fenomenológica. Segundo Gil (2008), a pesquisa fenomenológica busca resgatar os significados construídos pelos sujeitos a volta dos objectos que estão sendo estudados. A ideia principal é compreender a realidade a partir do modo de vida dos actores sociais. Portanto, aqui a ideia é compreender os significados socialmente construídos pelos sujeitos a volta do abastecimento de água por furos de iniciativa privada.

4.2. Amostra

No global foram entrevistados 122 indivíduos, respectivamente, informantes chaves, consumidores e utentes, intervenientes (fornecedores privados que possuem furos de agua potável). Chegou-se a este número usando o critério da conveniência ou seja, quando “o pesquisador selecciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (Gil, 2008: p. 94). Tendo em conta a natureza qualitativa da pesquisa, acredita-se que este número de entrevistados irá fornecer os dados relevantes e necessários para a prossecução dos objectivos propostos. Ao critério da conveniência foi acrescentada a acessibilidade ou seja, os entrevistados foram escolhidos conforme a sua

disponibilidade para prestar informação bem como, conforme sua posição em relação ao fornecimento privado de água.

Esta amostra é composta por:

- Informantes-chave: secretário permanente distrital; chefe do Posto Administrativo de Marracuene Sede; chefe dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas; chefe da Localidade de Ngalunde; líderes comunitários e secretários de dois bairros da Localidade de Ngalunde nomeadamente, Bobole e Gimo O´Cossa; Chefe dos Serviços de Saúde Ambiental do distrito de Marracuene; Presidente da Associação de Fornecedores de água de Moçambique (AFORAMO);
- Consumidores e utentes: mulheres e homens residentes nos bairros de Bobole e Gimo O´Cossa na Localidade de Ngalunde;
- Intervenientes: fornecedores privados de água que possuem furos de água potável;

Em termos operacionais, foram realizadas:

- 10 Entrevistas individuais a informantes-chave;
- 6 Entrevistas individuais aos intervenientes, fornecedores privados de água;
- 6 Entrevistas individuais a mulheres casadas, 3 em Bobole e 3 em Gimo O´Cossa;
- 6 Entrevistas a grupos focais compostos por 10 mulheres cada sendo 3 em Bobole e 3 em Gimo O´Cossa. Em termos de composição: dois grupos focais de mulheres com entre 15 e 19 anos de idade; dois grupos focais de mulheres com entre 20 e 24 anos de idade e dois grupos focais com mulheres com 25 anos em diante;
- 4 Entrevistas a grupos focais compostos por 10 homens cada sendo 2 em Bobole e 2 em Gimo O´Cossa;

4.3. Técnicas de pesquisa

A colecta de dados foi auxiliada por 4 técnicas principais, nomeadamente:

- *Pesquisa documental.* Esta técnica consiste na pesquisa a documentos oficiais, periódicos e publicações oficiais sobre um determinado assunto (Gil, 2008). Esta técnica foi aplicada no processo de consulta de diferentes documentos e legislação sobre o sector de águas em Moçambique;
- *Pesquisa bibliográfica.* Esta consiste no levantamento de fontes teóricas sobre o assunto estudado com o objectivo de elaborar a contextualização da pesquisa (Prodanov & Freitas, 2013). Esta técnica permitiu a pesquisa dos quadros teóricos que foram usados bem como, facilitou o levantamento dos diferentes estudos que tratam do assunto abastecimento de água;
- *Observação directa.* Esta técnica consiste na utilização dos sentidos com vista a adquirir conhecimentos necessários sobre o quotidiano (Gil, 2008). A utilização da observação directa permitiu conhecer o quotidiano dos residentes de Ngalunde no que diz respeito a disponibilidade de água fornecida por furos de iniciativa privada;
- *Entrevistas semi-estruturadas.* A entrevista é “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (Gil, 2008: p. 108). As entrevistas semi-estruturadas são aquelas que comportam um grupo de questões previamente definidas pelo pesquisador e dispostas num guião. No caso desta pesquisa, houve dois grupos de entrevistas: o primeiro grupo foi os das entrevistas dirigidas aos grupos focais de mulheres e de homens residentes em Ngalunde e o segundo grupo foi os das entrevistas individuais dirigidas aos diferentes actores intervenientes no processo de fornecimento e obtenção de água. Mais adiante, na amostragem, é especificado como estas entrevistas foram dirigidas mediante os diferentes grupos. Todas as entrevistas foram gravadas.

4.4. Aspectos éticos

O protocolo deste estudo foi apresentado e comunicado às estruturas do Distrito de Marracuene e às comunidades da Localidade de Ngalunde onde foram previamente informadas mediante apresentação de uma guia de apresentação. Em relação aos objectivos da pesquisa, foi usado o consentimento informado, para garantir o sigilo e confidencialidade das respostas e das informações prestadas pelos interlocutores.

Tendo em conta as dinâmicas socioculturais locais e a necessidade de respeito às diversidades, foram observadas regras de convivência, hábitos, costumes das comunidades de Ngalunde. Nenhum interlocutor foi entrevistado sem expressar autorização para efeito daí que, todas as entrevistas decorreram mediante a disponibilidade dos informantes.

4.5. Caracterização e localização da área de estudo

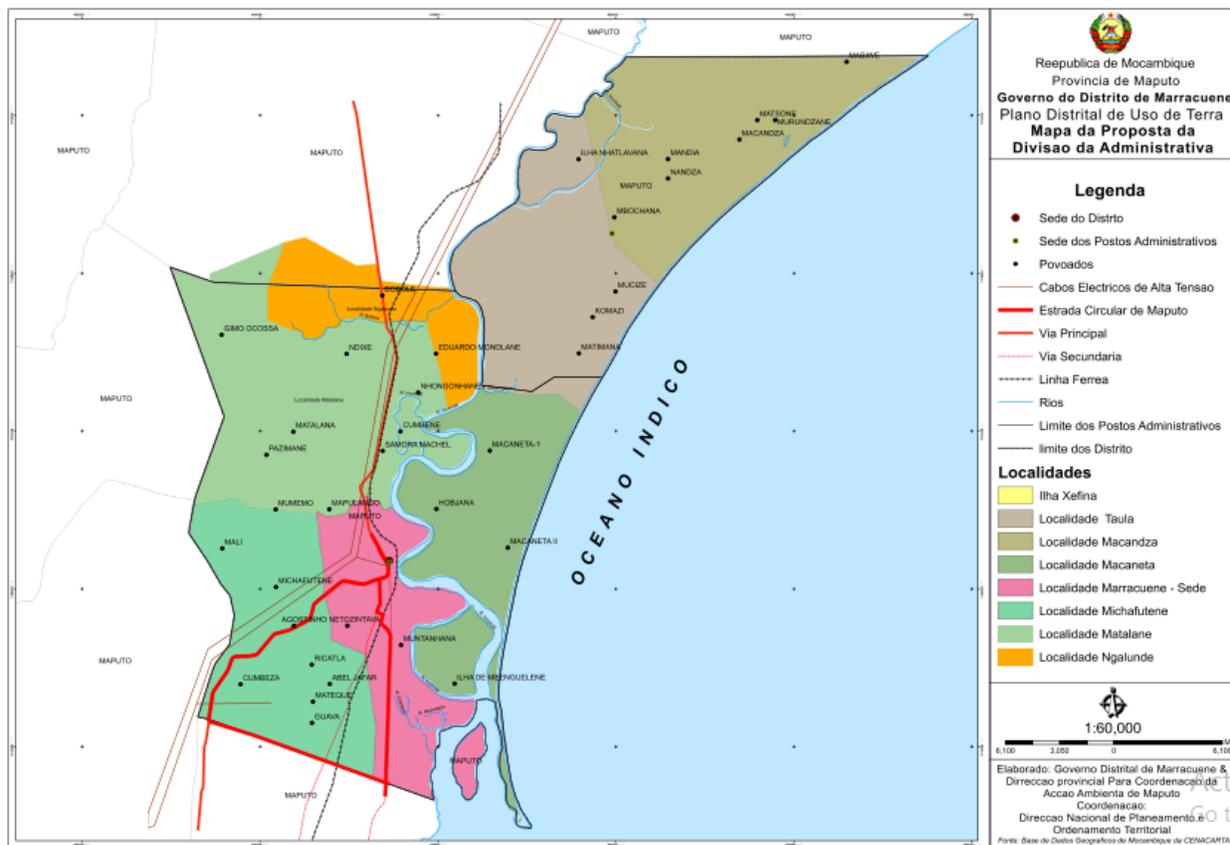
Com uma superfície total de 697 km², o Distrito de Marracuene localiza-se na província de Maputo, a aproximadamente 30 km da capital do país, fazendo limites a norte com o Distrito da Manhica, a sul com a Cidade de Maputo, a este com o Oceano Índico e a oeste com o Distrito da Moamba e com a Cidade da Matola. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2007), as projecções da população para este distrito indicam que em 2016 haviam perto de 149,833 habitantes.

O Distrito de Marracuene é composto por dois postos administrativos nomeadamente, Posto Administrativo de Marracuene Sede e Posto Administrativo de Mahubo. A pesquisa decorreu no primeiro posto administrativo, mais concretamente na Localidade de Ngalunde, nos bairros Bobole e Gimo O'Cossa.

Os bairros em alusão localizam-se a aproximadamente 20 km a norte da vila sede do distrito. Trata-se de áreas de expansão de habitações pois, são zonas outrora ocupadas por camponeses que dedicavam a prática da agricultura. Informações obtidas no local indicam que maioritariamente, os habitantes destes bairros são provenientes das cidades de Maputo e Matola e de alguns distritos

da província de Maputo e encontraram ali os espaços de que necessitavam para erguer suas habitações.

Mapa 1: Mapa Administrativo de Marracuene¹¹.



O posto administrativo sede é habitado por aproximadamente 80 000 habitantes e a Localidade de Ngalunde por aproximadamente 17 000 habitantes. Em termos ocupacionais, a população de Ngalunde é muito dependente das cidades de Maputo e Matola pois, é lá onde a maioria desenvolvem suas actividades laborais e adquire os bens de uso e consumo. Ainda nesta localidade existem áreas onde a actividade agrícola ainda é predominante.

As habitações são maioritariamente construídas com recurso a materiais convencionais, algumas aparentemente inacabadas e outras acabadas, havendo um ordenamento territorial coordenado pelas estruturas locais no âmbito dos parcelamentos da zona para fins habitacionais. Há também a

¹¹ Fonte: Governo do Distrito de Marracuene (2017).

destacar a baixa presença da actividade comercial em grande escala na região.

4.6. Limitações do estudo

A realização da pesquisa enfrentou algumas dificuldades que se constituíram enquanto elementos de limitação da mesma. A superação destas foi determinante para o alcance dos resultados que são aqui apresentados. Entre as principais limitações destacam-se:

- *A ausência de literatura que aborda sociologicamente assuntos relacionados com a água.* Um dos maiores constrangimentos enfrentados tem a ver com o facto de não existirem, em Moçambique, estudos sociológicos sobre a água e que seriam úteis na compreensão das possíveis relações e representações sociais a volta da mesma. Este facto dificultou, de alguma forma, o processo de construção da perspectiva aqui apresentada sendo que foi necessário recorrer a literatura não necessariamente sociológica ou ainda, a literatura sociológica não produzida no contexto moçambicano. Houve também dificuldades em aceder a estudos sobre a água produzidos no contexto africano, em geral, e no contexto da África Austral em particular. Por esta razão pode-se afirmar que esta é uma pesquisa sociológica pioneira na matéria sobre água no contexto moçambicano.
- *Dificuldades de comunicação com alguns dos interlocutores.* Os moradores de Ngalunde comunicam-se principalmente em *Ronga*¹², uma língua que não é muito dominada pela pesquisadora. Todas as entrevistas foram gravadas e as que foram faladas em *Ronga* foram traduzidas com ajuda de pessoas que entendem melhor a língua. Foi difícil, à partida, entender a mensagem que os interlocutores pretendiam transmitir, tendo sido necessário um trabalho de permanente tradução ainda durante a pesquisa de campo. Contudo, acredita-se que os extractos de entrevistas transcritos ao longo da dissertação reflectem fidedignamente a informação que foi passada pelos interlocutores;

¹² A língua *Ronga* é falada principalmente na Província de Maputo e é das variações do *Tsonga*, grupo etnolinguístico predominante na região sul de Moçambique.

- *Dificuldades dos interlocutores em compreender os objectivos da pesquisa.* A pesquisa foi realizada em um contexto caracterizado por dificuldades e conflitos relacionados com a água. Há um passado recente de longas distâncias percorridas para obter água bem como, há relatos de divergências entre os fornecedores privados e consumidores devido aos preços cobrados pelo fornecimento de água. Estas situações levaram a que a população pensasse que a pesquisadora era representante de uma entidade pública ou não governamental que estava auscultando os problemas relacionados com a água para daí desenhar e implementar soluções para os mesmos. Relativamente aos fornecedores, os mesmos pensaram que a pesquisa era uma inspeção do Governo e que teria como consequência a imposição de um preço baixo pela água dos furos. Diante destas dificuldades, foi necessário um trabalho permanente de explicação dos objectivos que levaram a realização do trabalho de campo;

- *Ausência de estatísticas claras e sistematizadas sobre o fornecimento e consumo de água.* Durante a realização do trabalho de campo observou-se a ausência de informação sistematizada sobre a actividade dos fornecedores privados de água por parte das autoridades locais. Foi difícil encontrar dados como o alcance da cobertura dos furos de iniciativa privada bem como, o número de famílias ou consumidores por eles abrangidos. Os números que estão aqui dispostos resultam do cruzamento e apuramento de informações que foram fornecidas por diferentes interlocutores abrangidos pela pesquisa.

CAPÍTULO V

5.1. Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa

A pesquisa realizada na Localidade de Ngalunde permitiu fazer algumas constatações passíveis de análises ao abrigo do quadro teórico-conceptual proposto. Neste capítulo procede-se com a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa. Começa-se com a apresentação dos dados sociodemográficos dos entrevistados e seguidamente é feita uma descrição dos serviços de abastecimento de água na região.

Seguidamente são identificadas e discutidas as dinâmicas socioeconómicas locais decorrentes da existência de serviços privados de abastecimento de água. Este ponto é sucedido pela discussão das representações sociais dos furos de água de iniciativa privada e pela análise das práticas, experiências e relações sociais a volta da água.

5.2. Caracterização dos entrevistados

Os interlocutores abordados são maioritariamente provenientes dos distritos e cidades em redor de Ngalunde nomeadamente, Matola, Maputo, Manhiça, Magude e Moamba. A pesquisa permitiu constatar que área estudada pode ser considerada de expansão na medida que maior parte dos moradores não está lá há muito tempo – acima de 6 anos por exemplo – e há um conjunto elevado de casas recém-construídas e inacabadas.

Para as actividades de subsistência, estas são desenvolvidas conforme o sexo dos entrevistados. As mulheres são maioritariamente domésticas, sendo que um número reduzido dedica-se ao exercício de actividades comerciais em suas residências. A estas recaem a maior responsabilidade na procura e armazenamento de água potável para o consumo dos elementos que compõem as famílias. Dos homens entrevistados, a maioria se encontra em empregos fixos e mensalmente remunerados, sendo que uma minoria se dedica a actividades comerciais ou outros negócios por conta própria.

Todos os interlocutores do sexo feminino com idades acima dos 20 anos têm filhos e em média os

agregados familiares dos indivíduos entrevistados são compostos por 5 elementos. Geralmente, há um chefe de família – nestes casos do sexo masculino – que tem a responsabilidade de garantir rendimentos que satisfaçam as necessidades de subsistência dos elementos da unidade familiar.

5.3. Descrição da prática do fornecimento privado de água em Ngalunde

Dados fornecidos ao nível do SDPI de Marracuene indicam que o distrito dispunha de 195 furos de água em 2016, entre públicos e privados. A localidade de Ngalunde dispunha no mesmo ano de 35 furos de água, dos quais 5 não são operacionais – todos eles públicos. Os furos de água públicos são sustentados por bombas manuais sendo que a população deve se deslocar até eles para obter água.

Dos 35 furos de água desta localidade, 9 são de iniciativa privada. No bairro Bobole operam 5 privados e em Gimo O’Cossa operam 4. Os furos privados são sustentados por sistemas canalizados a partir de um ponto distribuidor onde a água é captada. A taxa de cobertura na localidade de Ngalunde é estimada pelo SDPI em 65%.

O licenciamento dos fornecedores privados de água é feito ao nível da Direcção Provincial de Obras Públicas, Recursos Hídricos e Habitação, através da Administração Regional de Águas do Sul (ARA-Sul) e o controle da qualidade é feita pelos serviços de Saúde Ambiental do distrito com apoio do Centro de Higiene Ambiental e Exames Médicos (CHAEM).

O primeiro sistema de abastecimento privado de água em Ngalunde foi instalado em 2014. Segundo os moradores locais, o referido sistema foi instalado aquando da chegada, à região, das vítimas da xenofobia da África do Sul. Desde então, começou a se observar uma demanda de indivíduos que procuravam ali espaços para erguer habitações. O surgimento de um elevado número de obras de construção tornou os poços tradicionais – então muito frequentes – incapazes de satisfazer as demandas, tanto para a construção assim como para o consumo das famílias.

Depois da instalação do primeiro sistema, outros foram sendo montados a medida que se registava uma expansão das áreas habitacionais. No geral, a água dos furos de iniciativa privada chega aos

consumidores através de uma rede de distribuição com terminais (torneiras) nas habitações ou em fontanários espalhados pelos bairros. No total foram visitados 6 sistemas privados de abastecimento de água, 3 em cada bairro, e constatou-se que os mesmos não têm raios de cobertura superior a 5 km em redor do furo. Há aproximadamente 900 famílias abastecidas pelos sistemas visitados.

O bombeamento de água aos consumidores é feito com recurso ao uso da força de gravidade. Ou seja, a água é aberta a partir de tanques que se encontram em pontos elevados e ela flui pelos sistemas de canalização até ao consumidor. Estes sistemas de abastecimento de água são descritos como caros pelos fornecedores de água pois, segundo eles, sua montagem e manutenção envolve custos muito elevados.

Contudo, apesar da existência destes sistemas, o fornecimento de água é descrito como sendo totalmente satisfatório.

“... O abastecimento de água aqui em Ngalunde, não vou dizer que é boa, mas não estamos num estado muito crítico visto que para além das fontes feitas pelo Governo, temos alguns privados que ajudam no abastecimento de água...”

(Chefe da localidade de Ngalunde, a 5 anos no cargo, 22/02/2017)

“... A situação de água aqui no bairro, tivemos muito sofrimento de água. Mas pronto, mais tarde apareceram os fornecedores de privados de água. Mas há furos com os quais não estamos contentes; há furos que acabam dois ou três dias sem água. Mas no final do mês eles sempre aparecem com os recibos a cobrar...”

(Secretário do bairro Ngalunde, a 8 anos no cargo, 22/02/2017)

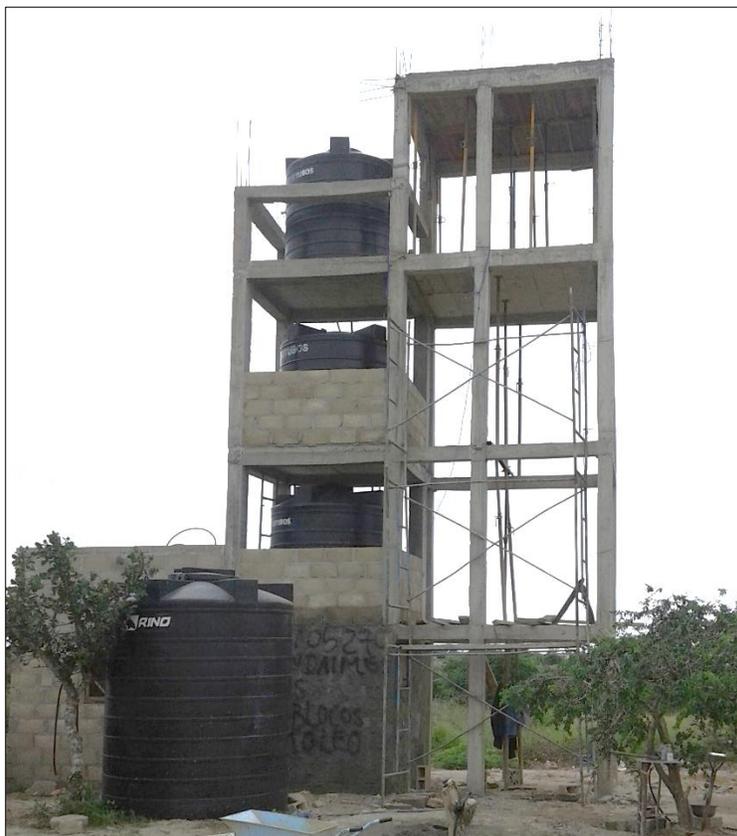
“...A população reclama sempre por causa de não se ter fornecido bem água, por vezes o proprietário do furo fornece água, mas as vezes fica um semana sem sair água e chegado o fim do mês o cliente deve pagar. Tem esse problema sempre...”

(Secretário do bairro Bobole, 7 anos no cargo, 28/02/2017)

Esta não satisfação total com os sistemas de abastecimento de água está relacionada com o tempo de duração diária ou semanal de abastecimento de água. O decreto nº51/2015 de 31 de Dezembro

que aprova o Regulamento do Licenciamento de Serviços de Abastecimento de Água por Fornecedores Privados indica que estes devem fornecer água num tempo mínimo diário de 16 horas. Contudo, dados os custos operacionais descritos como elevados, o fornecimento é feito em média durante 5 horas diárias.

Figura 1: Sistema de captação e distribuição de água, Bairro Bobole¹³.



Sobre a marcação dos preços a cobrar pela água, foi apurado no terreno que apesar da existência de uma tabela que estabelece o preço por metro cúbico de água, a maioria dos fornecedores cobra em função dos custos de produção. Relativamente ao controle da qualidade de água, apurou-se que a mesma só é feita no momento de abertura do furo, não havendo posteriormente controles sistemáticos e periódicos da mesma.

¹³ Fonte: Autora. Fotografia tirada a 22 de Fevereiro de 2017.

5.4. Dinâmicas socioeconômicas a volta do fornecimento de água em Ngalunde

Neste ponto faz-se a análise das dinâmicas socioeconômicas locais resultantes da existência na região de fornecedores privados de água. Para o efeito, são aqui invocados três argumentos. O primeiro é que a presença da água de fornecimento privado em Ngalunde mudou a paisagem socioeconômica local na medida em que passou a estar disponível um recurso outrora de difícil localização.

Em relação a esta ideia é necessário compreender como os moradores locais descrevem este serviço sob o ponto de vista das mudanças operadas desde a sua presença na localidade. Dos depoimentos colhidos, observa-se que a população descreve a situação como tendo melhorada comparativamente ao período anterior em que dependiam de poços tradicionais para obter água para diferentes finalidades.

“... Esses furos de água nos ajudam porque sofríamos muito para ter água. Buscávamos água suja nos poços e ficávamos doentes quando consumíamos aquela água (...). Andávamos muito para encontrar uma água mais ou menos”

(Mulher casada, 25 anos em diante, bairro Bobole, cliente de fornecedores de água a 4 meses, 28.02.2017).

“... Estamos satisfeitos com a presença da água nesta zona porque já não precisamos de andar muito para apanhar água. Muitas aqui tem torneiras em casa e já não precisam de sair para procurar água e carregar nos bidons”

(grupo focal, mulheres com 26 anos em diante, bairro Gimo O’Cossa, 28.02.2017).

“... Agora já não é preciso ficar toda hora preocupada com água. Há algumas dificuldades sim mas agora é possível ter mais tempo para fazer outras coisas em casa”

(Mulher solteira, 20-24 anos, bairro Bobole, cliente de fornecedores privados a 1 ano)

“... As coisas melhoraram um pouco aqui na zona porque temos água mais disponível para o nosso consumo. Antes tínhamos que reservar um tempo só para ajudar a procurar água que íamos buscar lá longe. Andávamos uma hora de tempo só a procurar água”

Os depoimentos acima transcritos mostram que se analisado o fornecimento de água de furos de iniciativa privada tendo em conta o ponto de vista das comunidades locais constata-se que estas avaliam a sua condição socioeconómica como tendo melhorado em decorrência da presença daqueles serviços na região. Este ponto introduz o debate sobre como devem ser analisadas as dinâmicas de desenvolvimento local.

Segundo Milani (2003), o crescimento dos indicadores macroeconómicos pode não significar necessariamente o melhoramento das condições de vida das comunidades locais. Para este autor o desenvolvimento local implica necessariamente entendimento dos locais que sua condição existencial melhorou substancialmente. Mais ainda, esse desenvolvimento pode não ser resultante da intervenção do macroestrutural do Estado mas sim, resultado do desenvolvimento de actividades que visam dar respostas aos problemas locais.

Estes aspectos levam ao segundo argumento: há uma mudança nas condições de vida da população por conta da existência desses furos de água. O que leva a este argumento é o facto da disponibilidade da água naquele local possibilitar que os moradores dediquem mais tempo a outras actividades que não estão necessariamente ligadas a procura e armazenamento de água para o consumo familiar.

Assim sendo, torna-se também necessário compreender que outras actividades a população local desenvolve. Das constatações feitas no campo, observou-se que os moradores de Ngalunde dispõem de mais tempo para a actividade agrícola e outras de geração de rendimentos. Este facto não significa, necessariamente, que outrora estes não exerciam tais actividades, mas que o aumento da disponibilidade da água potável aumentou o tempo que estes dedicam para as referidas actividades de geração de rendimentos.

O terceiro argumento remete para a análise das narrativas oficiais à volta do fornecimento de água. Oficialmente, a disponibilidade de água para a população é indicador de desenvolvimento humano e está consagrado nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que os Estados signatários do documento devem garantir que 85% da população tenha acesso a água potável nas quantidades recomendáveis para o consumo humano.

A ideia de que o fornecimento privado de água melhorou a vida da população está nos discursos das autoridades locais, que ao nível do distrito, quer ao nível da localidade.

“...São poucas pessoas que carregam água de um lado para o outro. A maioria tem torneiras em casa e já não precisa buscar água muito longe”

(Chefe da localidade de Ngalunde, a 5 anos no cargo, 22/02/2017)

“... Temos dois tipos de abastecimento de água aqui no distrito: temos privado e público. (...). Na maioria dos bairros o fornecimento é garantido por privados. (...) O serviço público não tem um alcance significativo no distrito e os privados tem suprido as necessidades de água, o que ajuda a população enquanto o serviço público não chega lá”

(Chefe de Repartição de Obras no SDPI, a 2 meses no cargo, 03/03/2017)

Pelos depoimentos acima transcritos percebe-se que as autoridades locais veem nos fornecedores privados um parceiro de que necessitam para resolver o problema da falta de água da rede pública naquela região. A presença desses furos pode também ser analisada sob o ponto de vista dos fornecedores privados que veem na escassez a possibilidade de produzir lucros.

A pesquisa constatou que o fornecimento privado de água por via de furos é uma actividade de geração de rendimentos exercida por indivíduos que buscam em Ngalunde oportunidades de negócios. Do total de fornecedores privados abordados, 3 exercem a mesma actividade em outras zonas do distrito de Marracuene; são fornecedores que procuram expandir o negócio a medida que novas possibilidades surgem com o aparecimento de novas zonas residenciais.

O fornecimento privado de água envolve a circulação de valores monetários na medida em que há um investimento por parte dos proprietários dos furos. Ademais, existe um contrato informal de prestação de serviços¹⁴ entre o fornecedor e o consumidor e que pressupõe o pagamento de valores previamente acordados pelo consumo da água.

A marcação dos preços da água depende muito das negociações e relações entre o fornecedor e o

¹⁴ Sobre os contratos de prestação de serviços, a pesquisa constatou que nem sempre os mesmos são celebrados por escrito. Há muitas situações em que os contratos são orais e se baseiam nas diversas teias de relações que se estabelecem entre as partes envolvidas no fornecimento e consumo de água.

consumidor. À exceção de um furo¹⁵ em que os moradores contribuem apenas com combustível que move a motobomba que bombeia a água, noutros furos estabelece-se um acordo que determina se a água será cobrada em regime pós-pago ou pré-pago havendo, no entanto, taxas mínimas previamente fixadas na tabela do fornecedor. Esta situação de negociação do preço deriva da dificuldade de colocar contadores em todas as residências que têm uma torneira.

Diante das constatações apresentadas, pode-se analisar as dinâmicas de desenvolvimento socioeconómico de Ngalunde em duas perspectivas. Por um lado, na perspectiva dos moradores locais que olham furos privados como tendo melhorado sua qualidade de vida através do aumento da disponibilidade de água para o consumo e, por outro lado, na perspectiva dos fornecedores privados que veem na expansão das áreas habitacionais a possibilidade de implantarem seus negócios.

5.5. Experiências e significados a volta da água

A proposta apresentada neste estudo aponta para a necessidade de compreender a realidade do fornecimento de água por furos de iniciativa privada através da teoria fenomenológica de Alfred Schutz (1979). Este ponto propõe a compreender como é que as experiências do quotidiano dos moradores da localidade de Ngalunde influencia os discursos dos mesmos a volta da água.

Dados colhidos no campo mostram que o elemento experiência está presente nos discursos dos moradores locais quando falam da água. Eis alguns exemplos:

“...Nós sofriamos muito para encontrar água. Ainda sofremos, mas já não é como a muito tempo que tínhamos que andar muito para encontrar um poço ou fontenário e depois sofriamos muito para carregar água na cabeça nos bidons e baldes”

(Grupo focal, mulheres com 26 anos em diante, bairro Gimo O’Cossa, 28.02.2017)

“...As vezes água sai, as vezes água não sai. Quando sai armazenamos nos bidons e é diferente de ter

¹⁵ Este furo está em uma das áreas de Ngalunde e foi financiado pela Cooperação Italiana, estando sob gestão de uma cooperativa de moradores locais.

que procurar nos poços ou fontenários que ficam longe das nossas casas”

(Grupo focal, mulheres com 26 anos em diante, bairro Bobole, 21.02.2017)

“... As coisas melhoram desde que puseram furos aqui. Antes tínhamos que cavar poços para encontrar água e as vezes nem apanhávamos essa água. Era difícil construir casas porque a água estava muito longe dessas obras que estão a ver aqui”

(Grupo focal, homens com 26 anos em diante, bairro Bobole, 28.02.2017)

A menção a um passado difícil de procura de água está em todos discursos dos moradores locais, líderes comunitários e secretários de bairros. Essa menção é comparativa na medida em que o passado é descrito como tendo sido difícil e o presente como estando a ser relativamente melhor porque a água se encontra mais disponível e aparentemente ao alcance de todos. Estas menções e comparações estão relacionadas com as experiências significativas dos interlocutores.

“As experiências são apreendidas, distintas, acentuadas, marcadas, uma com relação a outra; as experiências que foram constituídas como fases de um fluxo de duração tornam-se agora objecto da atenção como experiências constituídas. (...) O conceito da experiência significativa sempre pressupõe que a experiência cujo significado é predicado é uma experiência delimitada (Schutz, 1979: p. 63).

Sobre as experiências, Schutz (1979) defende que somente aquelas experiências que estão delimitadas como estando no passado é que podem ser consideradas significativas. Tomada esta ideia do autor, percebe-se que as experiências mais significativas do passado acompanham os discursos dos moradores de Ngalunde em relação a água. Houve um período em que a água era mais escassa comparativamente ao período actual.

O autor confere importância ao significado que é dado pela experiência passada sobre um facto que a pessoa possui. Isto faz com que o significado das acções seja dado em consonância com as suas experiências anteriores. Os moradores locais usam suas experiências passadas para construir significados e interpretações da realidade actual. Há um fluxo de experiências de procura e armazenamento de água que foram marcantes no passado dos moradores de Ngalunde e que são determinantes na conduta dos mesmos em assuntos ligados à gestão do consumo de água.

Entretanto, esse recurso ao passado levanta uma questão: porquê os interlocutores estudados

recorrem ao que aconteceu para explicar o que está a acontecer? A resposta a esta questão leva a necessidade de compreender as narrativas dos residentes de Ngalunde tendo em conta seus estoques de conhecimentos ou seja, sua bagagem de conhecimento contruída em um contexto de procura, armazenamento e consumo de água.

“O homem, na vida diária, tem a qualquer momento um estoque de conhecimento à mão que lhe serve como um código de interpretações de suas experiências passadas e presentes, e também determina sua interpretação das coisas que virão” (Schutz, 1979: p. 74). O estoque de conhecimento pode ser construído quer por via da socialização, quer por via das experiências individuais decorrentes de situações do quotidiano.

Independentemente da forma como este é construído, o facto é que este serve de referência para a interpretação das situações com as quais o indivíduo lida no dia-a-dia. Se tomados em consideração os interlocutores desta pesquisa, observa-se que estes têm muitas experiências para partilhar sobre como tem lidado com a disponibilidade ou escassez da água.

“... Quando não sai água na torneira todos nós temos que ir lá no *mugwedje*¹⁶. Acabamos ficando muito tempo lá e as vezes voltamos sem água suficiente”

(mulher casada, 25 anos em diante, bairro Bobole, cliente de fornecedores privados de água a 2 anos, 21.02.2017)

“... Nós aqui em Bobole se tivéssemos boa energia íamos ter água todos os dias. Os fornecedores de água iam nos fornecer muito bem. A energia faz muita falta aqui em Bobole. Essa energia que tem aqui em Ngalunde não é boa energia”

(mulher casada, 25 anos em diante, bairro Bobole, cliente de fornecedores privados a 3 anos, 21.02.2017)

“... Nós aqui queremos muito que os problemas de água que temos aqui na nossa zona sejam resolvidos para sairmos de vez desse sofrimento de água que um dia sai e outro dia não sai”

¹⁶ Termo usado localmente para designar fontenários cujo bombeamento de água é feito manualmente. A par dos furos que disponibilizam água canalizada em Ngalunde, existem também esses *mugwedjes* construídos pelo Governo do distrito de Marracuene bem como, no âmbito de alguns programas de água e saneamento como é o caso do PRONASAR.

(homem casado, 25 anos em diante, bairro Gimo O’Cossa, cliente de fornecedores privados a 1 ano, 28.02.2017)

Uma das características comuns presentes nos discursos dos interlocutores é a menção no plural dos assuntos relacionados com o abastecimento de água naquela região. Essa menção no plural desses problemas vem a propósito do facto dos moradores locais assumirem esses problemas como sendo colectivos, como afetando o decurso normal das demais actividades exercidas pelos mesmos no quotidiano.

Não foi encontrada alguma situação em que os interlocutores falaram do problema da água de forma individual. Esta situação leva a necessidade de compreender como é que são construídos colectivamente os significados dos objectos com os quais os indivíduos lidam no quotidiano; trata-se de uma construção partilhada entre os elementos da colectividade que dão explicações muito parecidas para os mesmos problemas.

Ao que é comum aos membros de uma colectividade Schutz (1979) chama de intersubjectividade. A intersubjectividade se constitui em um mundo compartilhado pelos indivíduos do mesmo grupo. O mundo intersubjectivo é constituído pela experiência comum e faz com que os indivíduos se compreendam uns aos outros. A construção desse mundo intersubjectivo se procede da seguinte maneira:

“(...) digo que outra pessoa está ao alcance da minha experiência directa quando ela compartilha comigo um tempo comum e um espaço comum. Ela compartilha comigo um espaço comum quando está presente, pessoalmente e estou consciente dela como tal (...). Ela compartilha comigo um tempo comum quando sua experiência flui lado a lado com a minha, quando posso a qualquer momento, buscar e captar seus pensamentos conforme eles passam a existir” (Schutz, 1979: p.181).

O indivíduo constrói suas experiências no contexto das suas trajetórias biográficas determinadas contudo, as interpretações das situações baseadas nessas experiências têm um carácter colectivo, o que significa que os indivíduos compartilham a interpretação dos objectos. Os indivíduos buscam referências comuns para dar sentido aos objectos com os quais lidam no quotidiano.

No contexto da Localidade de Ngalunde, há diferentes experiências em diferentes indivíduos no que diz respeito a procura, armazenamento e consumo de água. Contudo, essas diferentes

experiências convergem no facto dessa procura, armazenamento e consumo serem caracterizados como sendo difíceis a avaliar pela disponibilidade da água. Há um mundo intersubjectivo na medida em que as experiências dos moradores de Ngalunde fluem paralelamente e tendem levar os mesmos a interpretações compartilhadas sobre o problema da água.

Está-se aqui diante da situação em que a interpretação da realidade pelo indivíduo está relacionada com a “visão relativamente natural do grupo, ou seja, à sua experiência sedimentada do mundo tida por adquirida e comumente partilhada, com base na qual cada sujeito organiza a sua experiência como membro do grupo” (Correia, 2005: p. 60 *apud*. Espindola, 2012: p. 163).

As ideias aqui apresentadas levam a compreender como é que são construídos colectivamente os discursos sobre a água em Ngalunde. Estas ideias – experiências significativas e intersubjectividade – levam a uma terceira ideia defendida por Schutz (1979): a ideia do significado. A proposta fenomenológica também sugere a necessidade de compreender os significados que os indivíduos atribuem aos objectos em decorrência das suas experiências quotidianas.

O significado na perspectiva fenomenológica diz respeito a interpretação dos objectos conforme as experiências significativas acumuladas no estoque de conhecimento. Analisados os discursos dos interlocutores desta pesquisa, observa-se que a presença da água de furos de iniciativa privada tem um duplo significado. Em primeiro lugar, significa o melhoramento das condições de vida da população na medida em que reduz as dificuldades em aceder à água.

Em segundo lugar, significa algumas dificuldades em aceder a água por conta dos preços que são praticados de fornecedores de água. Há elementos dos discursos dos interlocutores que mostram que as relações entre os fornecedores e os consumidores têm sido também de conflito. Este assunto é abordado no ponto que se segue onde são discutidas as relações sociais a volta do fornecimento privado da água.

5.6. Relações sociais a volta da água

As análises feitas até agora apontam para dois sentidos: primeiro, compreender as dinâmicas socioeconómicas produzidas no contexto das zonas cujo abastecimento de água é garantido por privados. Segundo, estão voltados para a compreensão de como as experiências de procura, armazenamento e consumo de água influenciam os discursos e significados colectivamente construídos a volta do assunto.

Neste ponto faz-se a identificação e análise das relações sociais decorrentes da existência de um serviço de abastecimento de água. Para efeitos de compreensão das referidas relações sociais recorre-se aos contributos da etnometodologia de Harold Garfinkel (1948) *apud*. Coulon (1995). O recurso a esta abordagem teórica deve-se ao facto desta abordagem ter sido também influenciada pela fenomenologia – quadro teórico base deste estudo – principalmente por considerar a necessidade de compreender o mundo social a partir da interpretação que os actores sociais sobre ele constroem.

Neste âmbito, o primeiro ponto que é analisado tem a ver com quem tem a responsabilidade de procurar água para o consumo doméstico.

“(…) Nós os homens temos um hábito quando somos casados, deixamos todas as tarefas domésticas para as nossas mulheres. Nos dias que temos tempo vamos junto a machamba mas, quando voltamos ela é que deve ir buscar água para eu ir tomar banho e deve aquecer comida para mim. As mulheres tem maiores responsabilidades nos assuntos de casa”

(Grupo focal homens, 25 anos em diante, bairro Bobole, 21.02.2017)

“(…) Na minha casa eu é que busco água, os meus filhos também buscam água. Já que não sai sempre, quando sai nós enchemos os recipientes e armazenamos dentro de casa”

(mulher casada, 25 anos em diante, bairro Bobole, cliente de fornecedores privados a 2 anos, 21.02.2013)

“Nós mulheres é que buscamos água. Dificilmente nossos maridos nos ajudam porque ficam o dia todo fora de casa a trabalhar. Nós é que buscamos água lá em casa”

(Grupo focal mulheres, 25 anos em diante, bairro Gimo O’Cossa, 28.02.2017)

Os depoimentos acima transcritos demonstram alguma naturalização da divisão sexual e etária das actividades domésticas, mais concretamente a naturalização do discurso sobre quem tem o dever de procurar água na esfera doméstica. Independentemente das circunstâncias, em última instância a maior responsabilidade de procurar, captar e armazenar água para o consumo doméstico recai sobre as mulheres e crianças.

Se analisados os discursos dos interlocutores tendo em conta as diferentes teorias sociológicas¹⁷, dir-se-ia que os indivíduos absorveram a estrutura social no processo de socialização e passaram a agir de acordo com os valores e normas do grupo. Contudo, se analisados os mesmos depoimentos tendo em conta a perspectiva etnometodológica, seria necessário compreender como os indivíduos constroem, produzem e interpretam suas actividades do quotidiano.

Assim sendo, a ideia de práticas e realizações de Harold Garfinkel (1948) *apud*. Coulon (1995) ajuda a compreender essa ideia. Segundo Coulon (1995), as práticas e realizações correspondem a forma como os indivíduos organizam suas actividades do quotidiano e os modos pelos quais os actores sociais interpretam a realidade social e constroem o mundo social. A naturalização do dever das mulheres e crianças decorre dessas actividades do quotidiano.

Num outro nível, pode-se entender que a naturalização dessa divisão de tarefas pode ser entendida enquanto a caracterização do senso comum que os indivíduos fazem das estruturas sociais. Desse modo, a divisão de tarefas na esfera doméstica é em função da posição que cada um ocupa na estrutura familiar, independentemente das demais actividades exercidas fora dessa esfera. Por estar ligada às actividades básicas da casa, a tarefa de procurar água é assim relegada para as mulheres.

O segundo ponto tem a ver com as relações de conflito entre os consumidores e os fornecedores e que resultam de alguns pontos sobre os quais não há consensos. Para os moradores da localidade de Ngalunde:

“(…) Esse preço de água que nos cobram é muito elevado. Eles ficam muito tempo sem fazer leitura e quando veem estipulam valores muito altos como 700 mt. Tem um senhor meu vizinho que pagou quase

¹⁷ Exemplos: teoria de construção social da realidade de Berger & Luckmann (2004) e teoria do género de Scott (1977);

2000 mt. Como é que vou comprar comida se tenho que pagar um preço elevado pela água?”

(homem casado, 25 anos em diante, bairro Bobole, cliente de fornecedores privados a 2 anos,
21.02.2017)

“(…) Eu colequei torneira em Dezembro. O que sei é que no mês em que se coloca água não se paga e antes de ontem trouxeram uma factura de 650 mt. Eu não donde isso vem porque tenho uma vizinha que está a construir, fez blocos e tudo na obra mas nunca chegou a pagar 300 mt de água num mês (...). Mesmo quando nos cobram 210 mt, achamos que esse dinheiro é muito porque é muito difícil arranjar dinheiro estes dias”

(mulher casada, 25 anos em diante, bairro Gimo O’Cossa, cliente de fornecedores privados a
3 meses, 28.02.2017)

“(…) As vezes a água não sai porque a energia é fraca. Tem dias que água na torneira nem chega a ficar 10 minutos a sair mas no fim do mês a factura sempre vem e quando vem o valor é sempre alto, não corresponde com o que consumimos durante o mês”

(Grupo focal mulheres, 25 anos em diante, bairro Gimo O’Cossa, 28.02.2017)

“(…) O preço estão a matar mesmo. O preço está muito em cima. A taxa fixa é 250 mt para quem consome até 6 metros cúbicos de água. Depois disso começam a cobrar 35 mt por cada metro cúbico (...). O problema dos fornecedores é que parece que não tem nada a ver com o contador e nos cobram preços muito altos”

(Grupo focal homens, 25 anos em diante, bairro Bobole, 21.02.2017)

Por seu turno, para os fornecedores privados de água:

“(…) 35% das pessoas só liga água e vai embora. As pessoas não pagam a água que consomem. Há pessoas que estragam os tubos para roubar água. Os gastos para montar o sistema e fazer manutenção são muitos. Só tenho 190 clientes e minha rede é de 10 km. Gasto mais ou menos 30 000 mt por mês para comprar combustível e o negócio não está a render. Só estamos a manter”

(Fornecedor privado de água a 2 anos, bairro Bobole, 28.02.2017)

“(…) O pagamento tem sido lento e quando isso acontece damos aviso de corte. Além disso temos problemas de energia. Nós usamos bombas de pressão para encher os tanques e quando a energia fica fraca as máquinas não arrancam”.

(Fornecedor privado de água a 1 ano, bairro Gimo O’Cossa, 22.02.2017)

“(…) As pessoas estão a reclamar os preços de água. Nós aqui não estamos a cobrar o preço que devíamos cobrar porque estamos a cobrar 40 mt. Por norma da associação¹⁸ nós devíamos cobrar 60 mt porque estamos numa zona em que a energia não é boa e temos que usar geradores. Fornecemos água das 5 horas as 18 horas e isso é combustível que se gasta”

(Fornecedor privado de água a 3 anos, bairro Gimo O’Cossa, 22.02.2017)

As autoridades locais estão informadas sobre esses pontos de divergência entre os consumidores e os fornecedores privados de água. Pelos depoimentos transcritos, percebe-se que essas relações em algum momento conflituosas devido ao preço praticado pelo fornecimento da água. Segundo os moradores os preços praticados pelos fornecedores é elevado e não corresponde às quantidades consumidas.

Por seu turno, os fornecedores argumentam que os custos de captação e distribuição de água bem como, de manutenção dos equipamentos e pagamento dos funcionários são elevados. Paralelamente, há um número elevado de consumidores que não honram os seus compromissos de pagar pela água consumida.

Existem também os cortes no abastecimento que também geram tensão entre as partes. Sobre este aspecto, os fornecedores falam de dificuldades como corrente eléctrica e combustíveis para fazer funcionar os equipamentos. Esta relação conflituosa – sobretudo pela forma como é descrita – pode ser analisada com recurso a três ideias da etnometodologia de Harold Garfinkel (1948) *apud*. Coulon (1995): a indicialidade, a reflexividade e a *accountability*.

Em primeiro lugar, a indicialidade. Segundo Coulon (1995), a indicialidade diz respeito aos recursos linguísticos usados pelos indivíduos para interpretar a realidade social. A indicialidade consiste nas determinações que se ligam a uma palavra ou seja, a linguagem ou palavras usadas só tem significado no contexto em que são produzidas. Assim, é preciso ter em atenção a biografia do locutor, suas intenções imediatas e as diferentes relações que mantêm com os demais

¹⁸ A associação a que os fornecedores privados de água se referem é a AFORAMO.

interlocutores.

Neste sentido, é preciso compreender que a linguagem que é usada, tanto pelos consumidores assim como pelos fornecedores circunscreve-se ao contexto das relações sociais que se estabelecem entre os interlocutores residentes em Ngalunde. Há intenções – manifestas ou latentes – nos discursos dos interlocutores e que apontam para a necessidade de melhores relações entre as partes envolvidas no fornecimento e consumo de água.

Em segundo lugar, a reflexividade. A ideia da reflexividade trazida pela etnometodologia refere-se às práticas realizadas pelos indivíduos no seu dia-a-dia que, ao mesmo tempo, permitem compreender o quotidiano e a construção do mundo social. A reflexividade “designa portanto as práticas que ao mesmo tempo descrevem e constituem o quadro social (...) o facto de que ao falar construímos ao mesmo tempo o sentido, a ordem, a racionalidade daquilo que estamos fazendo naquele momento” (Coulon, 1995: p. 41).

Deste modo, entende-se que as descrições dos interlocutores – relativas aos conflitos e demais situações relacionadas com o abastecimento de água – são reflexivas na medida em que permitem contruir um quadro de compreensão do quotidiano na localidade de Ngalunde. As referidas descrições permitem compreender as experiências quotidianas, as relações sociais bem como os níveis de dificuldades no que diz respeito à cadeia de procura e consumo de água potável.

Em terceiro e último lugar, a *accountability*. Muito relacionada a ideia de reflexividade, a *accountability* diz respeito a capacidade dos actores em descrever fenómenos; as práticas e acções dos actores sociais indicam também a descritibilidade e inteligibilidade do mundo social (Coulon, 1995). Aqui, há que entender a maneira como os relatos e descrições dos acontecimentos são produtos das interacções entre os indivíduos.

Na situação dos nossos actores, as descrições que são feitas relacionam-se também com as interacções entre os consumidores e os fornecedores. São descrições que só são possíveis numa situação em que existem relações entre as partes e que se assentam no fornecimento e consumo de água potável.

Portanto, o abastecimento de água por furos de iniciativa privada produz realidades e relações

sociais. O estudo constatou que, por um lado, a procura e armazenamento de água é feito conforme algumas disposições sociais que determinam a posição de cada elemento na estrutura familiar. Por outro lado, constatou-se que a relação entre consumidores e fornecedores não é de todo pacífica na medida em que há aspectos nos quais as partes não concordam nomeadamente, no preço praticado pela água e no tempo de disponibilização da mesma.

Sobre os conflitos decorrentes do fornecimento de água, Zuffo (2015) chama atenção para o facto da demanda crescente por este recurso ser capaz de produzir conflitos de interesses entre países, entidades e indivíduos. Para o autor, tal demanda decorre do aumento da população e, conseqüentemente, da pressão para o uso da água para outros fins essenciais para a subsistência humana como é o caso da agricultura e produção de energia.

O conflito entre fornecedores e consumidores de Ngalunde enquadra-se na perspectiva dos conflitos de interesse na medida em que sobre a mesma água há duas perspectivas: negócio para fornecedores e bem essencial para os consumidores. Mais ainda, no entendimento da população local a água é um recurso disponibilizado pela natureza e não deve ser comercializada aos preços que é comercializada naquela região.

5.7. Representações sociais dos furos de água de iniciativa privada

As discussões até aqui feitas apontam para a necessidade de compreender a realidade a partir da perspectiva dos actores sociais que experimentam diferentes situações no quotidiano. Outra das perspectivas que ajuda a compreender a realidade nesse sentido é a perspectiva das representações sociais e que tem no senso comum a fonte para captar a forma como os indivíduos constroem os significados dos objectos com os quais lidam no quotidiano.

As representações sociais se constituem enquanto

“(…) um saber ordinário (de senso comum) elaborado por e dentro das interacções sociais, através de valores, das crenças, dos estereótipos, partilhada por um grupo social no que concerne a diferentes objectos (pessoas, acontecimentos, categorias, objectos do mundo, etc.), dando lugar a uma visão comum das coisas” (Machado, 2003: p. 14).

Baseando-se nesta definição, pode-se afirmar que o senso comum é a interpretação subjectivamente construída sobre os objectos; tal interpretação, ainda que subjectiva, é comumente construída e partilhada pelos elementos do grupo. Trata-se de um conhecimento prático cuja análise requer a compreensão das experiências e dos contextos em que o mesmo é produzido. Segundo Jodolet (1984), é preciso distinguir quatro características fundamentais das representações sociais:

- Primeiro, *é sempre a representação de um objecto* na medida em que as características do objecto e do sujeito nela se manifestam;
- Segundo, *a representação tem um carácter de simbolização e de interpretação* na medida em que diz sempre respeito a construção de expressões, conceitos, percepções e noções sobre um dado objecto;
- Terceiro, *a representação social é uma forma de saber* que se expressa em suportes linguísticos, comportamentais e materiais;
- Quarto, *a representação social é uma construção*, ela resulta da experiência prática ligada aos contextos e as condições nas quais determinada interpretação da realidade é produzida.

Com a ideia das representações sociais procura-se responder à questão: que interpretações sociais são construídas a volta do fornecimento de água por furos de iniciativa privada na localidade de Ngalunde? Neste sentido, foram identificadas duas perspectivas de representações sociais e que revelam a posição dos indivíduos em relação aos furos de iniciativa privada.

A primeira interpretação que foi encontrada é a dos moradores e segundo a qual, *a água dos furos é muito cara*. Nos diferentes depoimentos transcritos observa-se que o preço da água está entre as principais contestações dos moradores locais. Na óptica destes, os fornecedores têm os meios técnicos necessários para fazer a captação e distribuição. No entanto, a água é um recurso natural de todos sendo que não se justificam os preços praticados por ela. Os moradores de Ngalunde defendem também a necessidade de uma intervenção pública no sentido de se regular os preços marcados.

A segunda interpretação é a dos fornecedores de água segundo a qual, *os moradores de Ngalunde não pagam pela água que consomem*. De acordo com os fornecedores os custos de captação e distribuição de água são muito elevados sendo que as tarifas praticadas estão abaixo do recomendando e quando os consumidores não honram seus compromissos o negócio se torna oneroso e não rentável. Para estes, os moradores têm agido de má-fé quando não pagam pela água que consomem.

Estas duas interpretações resultam da relação específica que cada uma das partes estabelece com um objecto determinado, neste caso concreto, a relação que os moradores e fornecedores estabelecem com o abastecimento privado de água. O moradores veem nos furos a fonte necessária de água potável enquanto os fornecedores veem nos mesmos furos a possibilidade de incrementar seus negócios e, conseqüentemente, seus rendimentos.

Portanto, tendo em conta esta abordagem defende-se a ideia segundo a qual é preciso considerar também que o que moradores e fornecedores dizem sobre o abastecimento de água por privados resulta também de um processo cognitivo não compreensível fora do contexto das relações sociais que ali se estabelecem. Esses processos cognitivos são partilhados na medida em que os interlocutores experiências semelhantes e interagem em um quotidiano em que a busca pela água potável é uma das actividades.

CAPÍTULO VI

6.1. Principais conclusões

A realização da presente pesquisa permitiu compreender diferentes aspectos relacionados com o abastecimento de água por furos de iniciativa privada na localidade de Ngalunde na medida em que conseguiu captar as dinâmicas socioeconómicas que se registam em contextos rurais. Os dados apresentados ao longo da dissertação chamam a atenção para a necessidade de perceber determinados problemas através da integração da perspectiva dos actores envolvidos em determinado processo.

Diante das discussões apresentadas considera-se alcançado o objectivo principal proposto. A pesquisa mostrou que há, efectivamente, determinadas dinâmicas decorrentes da existência do abastecimento privado de água. Mais ainda, foi possível identificar os impactos socioeconómicos desta prática bem como, os significados e interpretações que são construídos e as relações sociais a volta do processo de procura, armazenamento e consumo de água.

É também confirmada a hipótese principal ao problema levantado segundo a qual, *a existência de furos de água potável de iniciativa privada é percebida como um factor que impulsiona o desenvolvimento local através da supressão de uma das necessidades básicas das comunidades.* Esta pré-resposta é confirmada na medida em que a pesquisa de campo permitiu constatar que as comunidades da localidade de Ngalunde olham para a crescente disponibilidade de água como um factor de melhoramento das suas condições de vida na medida em que lhes permite mais tempo para o exercício de outras actividades que lhes permitam incrementar os rendimentos.

No âmbito da argumentação apresentada, entende-se que a percepção dos furos de iniciativa privada enquanto impulsionadores do desenvolvimento local está relacionada com as experiências de dificuldades das comunidades no acesso a água potável. Os moradores da localidade de Ngalunde fazem menção a sua situação actual de acesso a água potável recorrendo a exemplos e situações passadas caracterizadas pela carência e longas distâncias percorridas. Baseados na sua experiência passada, os interlocutores consideram melhoradas as suas condições de vida por conta presença de fornecedores privados de água.

A teoria fenomenológica de Alfred Schutz ajudou a interpretar esta realidade. Este quadro teórico foi trazido na medida em que confere primazia à forma como os indivíduos constroem seu cotidiano para compreender a realidade social. Tal cotidiano é construído com base na acumulação de experiências intersubjectivas construídas e partilhadas pelos elementos do grupo. Complementarmente – e também por darem importância ao cotidiano – foram usadas a teoria das representações sociais e a etnometodologia de Harold Garfinkel.

Conceitos da teoria fenomenológica como experiência significativa, estoque de conhecimento e intersubjectividade foram aqui trazidos e articulados com os resultados da pesquisa de campo no sentido de compreender como as experiências quotidianas determinam os significados que os indivíduos atribuem aos objectos com os quais lidam no dia-a-dia. Estes conceitos levaram a compreender também que é necessário localizar as interpretações dos fenómenos conforme o contexto em que eles ocorrem.

A pesquisa permitiu colher e produzir muita informação relacionada com o abastecimento de água. Mas nem todas essas informações foram utilizadas para efeitos de produção da dissertação. Neste âmbito entende-se que outras pesquisas podem ser desenvolvidas na matéria; por exemplo, estudos podem ser feitos para compreender em que medida as comunidades são envolvidas no processo de planificação da distribuição de infraestruturas de abastecimento água.

Constatou-se que há disparidades entre o que é planificado ao nível dos programas/estratégias e o que de facto acontece para o sector de águas no terreno. Primeiro, porque não há informação suficientemente sistematizada sobre a real cobertura dos serviços de abastecimento de água e, segundo, não foi possível ter informação sobre se há ou não monitoria dos resultados das políticas/estratégias do sector e que resultados as mesmas produziram.

6.2. Recomendações

As recomendações deste estudo são dirigidas às autoridades governamentais (centrais e locais) e aos pesquisadores do campo das ciências sociais. Às autoridades governamentais (centrais e locais) recomenda-se:

- *A realização de estudos e análises periódicos da qualidade de água que é fornecida por furos de iniciativa privada.* A pesquisa constatou que mesmo estando legalmente disposto que a qualidade da água deve ser periodicamente controlada, tal trabalho não tem sido feito com regularidade. Os riscos da falta de controlo periódico da qualidade da água pode traduzir-se na contaminação da mesma e, conseqüentemente, em um problema de saúde pública;
- *A auscultação dos problemas da população relacionados com o fornecimento privado de água.* A população de Ngalunde em particular tem muito a dizer sobre os problemas que enfrenta para obter água contudo, ainda que hajam plataformas criadas legalmente para mediar a relação entre consumidores e fornecedores, as mesmas não se fazem sentir naquela região. Assim sendo, há necessidade de criar mecanismos para um permanente diálogo entre todos os intervenientes no processo de captação, distribuição e consumo de água;
- *Integração da perspectiva local nos programas/estratégias do sector de águas.* Existe a necessidade de identificar e perceber os problemas e expectativas da população em relação ao fornecimento de água potável; procedendo assim, seriam criadas as condições para maior envolvimento da população na definição, implementação e monitoria das políticas do sector de águas.

Aos pesquisadores do campo das ciências sociais recomenda-se:

- *A realização de estudos sobre as dinâmicas produzidas no sector de águas.* Existem diferentes dispositivos legais e diferentes programas/estratégias que definem a visão do Estado Moçambicano em relação a água e saneamento contudo, são poucos os estudos, as áreas das ciências económicas e sociais que abordam o assunto. A existência destes instrumentos torna necessária a realização de estudos que permitam monitorar, avaliar e compreender a eficácia da implementação das políticas definidas para o sector em análise.

ANEXOS

ANEXO 1: Referências Bibliográficas

ANEXO 2: Consentimento informado

ANEXO 3: Guião de entrevistas (APRESENTAÇÃO)

ANEXO 4: Guião de entrevistas para os dirigentes locais

ANEXO 5: Guião de entrevistas para os grupos focais de mulheres

ANEXO 6: Guião de entrevistas para os fornecedores privados de água

ANEXO 7: Guião de entrevistas para grupos focais de homens

ANEXO 8: Guião de entrevistas individuais para homens e mulheres de Ngalunde

ANEXO 9: Guião de entrevistas para os secretários dos bairros

ANEXO 10: Fotografias

ANEXO 11: Mapa de recursos hídricos do distrito de Marracuene

ANEXO 1: Referências Bibliográficas

Bibliografia principal

AGRA, Klondy Lúcia de Oliveira. *Águas da Amazônia: sentidos, percepções e representações*. Curitiba, 2015. 223 f. Tese (Doutoramento em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Sector de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

BAPTISTA, F.O. *Agriculturas e territórios*. Oeiras: Celta Editora, 2001.

BERGER, Peter & LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade*. 4ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

DURAND, Jean-Yves. *A diluição do consenso: a água, de “fonte de vida” a “património colectivo”*. SL: Revista Etnográfica, v. 7, n. 1, 2003, pp. 15-31.

ESPINDOLA, Polianne Marie. *A fenomenologia de Alfred Schutz: uma contribuição histórica*. Rio Grande do Sul: Revista Trama Interdisciplinar, v. 3, n. 1, 2012.

FRACALANZA, Ana Paula & et al. *Justiça ambiental e práticas de governança da água: (re) introduzindo questões de igualdade na agenda*. São Paulo: Ambiente & Sociedade v. XVI, n. 1, pp. 19-38, jan./mar. 2013.

FRANCI, Gabriel Keller & TRIGUEIRO, Aline. *Crise hídrica, gestão ambiental e percepção social*. Trabalho apresentado no I Congresso Nacional de Ciências Sociais – “Desafios da inserção em contextos contemporâneos”, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 23 a 25 de Setembro de 2015.

GIL, António Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GODOY, Amália Maria Goldberg. *Uma proposta de abordagem teórica sobre a cobrança*

da água, 2007. Trabalho apresentado no XLV Congresso da Sociedade de Economia, Administração e Sociologia Rural - “Conhecimentos para Agricultura do Futuro”, Londrina, 22 a 25 de Julho de 2007.

JANSZ, Shamila. *Estudo sobre a sustentabilidade do abastecimento de água rural na Província do Niassa, Moçambique*. Maputo: WaterAida, 2011.

JODOLET, Denise (org). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Petrópolis Editora, 1984.

MACHADO, Paulo Baptista. *Reflexões teórico-metodológicas sobre representações sociais*. Salvador: Editora UNEB, 2003.

MILANI, Carlos. *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. Trabalho apresentado na IV Conferência Regional ISTR-LAC, San José, Costa Rica, 8 a 10 de Outubro de 2003.

MINGIONE, Enzo & PUGLIESE, Enrico (1987). *A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas*. SL: Revista Crítica de Ciências Sociais n. 22, Abril de 1987.

PRODANOV, Cleber Criatiano & FREITAS, Ernani Cesar de. *Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico*. 2ª Edição. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

ROSÁRIO, Domingos M. & GUAMBE, Egídio P. “Rede de gestão de água em Nacala Porto: estender a distribuição ou a «dominação»?” In BRITO, Luís de & et al (ORG.). *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, 2014.

SCHUTZ, Alfred. “Fundamentos da Fenomenologia” In WAGNER, Helmut R (Org.). *Fenomenologia e Relações Sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, pp. 53-78.

SCHUTZ, Alfred. “O mundo das relações sociais” In WAGNER, Helmut R (Org.). *Fenomenologia e Relações Sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro:

Zahar Editores, 1979, pp. 159-198.

SCHUTZ, Alfred. “Reinos da experiência” In WAGNER, Helmut R (Org.). *Fenomenologia e Relações Sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, pp. 241-260.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: São SOS Corpo, 1996.

SILVA, Jairo Bezera da & et al. *Ecologia política das cisternas de placas: uma abordagem sociológica das medidas governamentais recentes relativas aos problemas de abastecimento de água em comunidades rurais de Boa Vista e Montadas-PB*. Natal: Revista Cronos, v. 10, n. 2, pp. 121-143, jul./dez. 2009.

TERLUIN, I.J. *Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories*. SL: Journal of Rural Studies, v. 19, pp. 327-344, 2003.

UNDELA, André. “Gestão descentralizada dos sistemas de abastecimento de água: desafios de eficiência e sustentabilidade. Três estudos de caso” In BRITO, Luís de & et al (ORG.). *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, 2013.

VIANA, Nildo. *Senso comum, representações sociais e representações cotidianas*. Barú: EDUSC, 2008.

WAGNER, Helmut R (Org.). *Fenomenologia e Relações Sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZUFFO, António Carlos. *Escassez de água: aspectos económicos, sociais e ambientais*. Trabalho apresentado no Fórum de Sustentabilidade Hídrica – “Perguntas, Desafios e Goverança”, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 18 de Março de 2015.

Instrumentos legais

Decreto nº 43/2007 de 30 de Outubro: Aprova o Regulamento de Licenças e Concessões de Águas. Maputo: Boletim da República, I Série – Número 43, 30 de Outubro de 2007.

Decreto nº 51/2015 de 31 de Dezembro: Aprova o Regulamento do Licenciamento de Serviços de Abastecimento de Água por Fornecedores Privados. Maputo: Boletim da República, I Série – Número 104, 31 de Dezembro de 2015.

Decreto nº 73/98 de 23 de Dezembro: Cria o Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água – FIPAG. Maputo: Boletim da República, I Série – Número 51, 23 de Dezembro de 1998.

Diploma Ministerial nº 180/2004 de 15 de Setembro: Aprova o Regulamento sobre a Qualidade da Água para o Consumo Humano. Maputo: Boletim da República I Série – Número 37, 15 de Setembro de 2007.

Lei nº 18/91 de 3 de Agosto: Aprova a Lei de Águas. Maputo: Boletim da República, I Série – Número 31, 23 de Agosto de 1991.

Resolução nº 46/2007 de 30 de Outubro: Aprova a Política de Águas e revoga a Resolução nº 7/95 de 8 de Agosto. Maputo: Boletim da República, I Série – Número 43, 30 de Outubro de 2007.

Documentos e programas/estratégias

Agência Francesa de Desenvolvimento. *Projecto de abastecimento de água potável de Maputo*. Maputo: AFD, 2015.

Governo de Moçambique. *Estratégia de Desenvolvimento do Sector de Aguas de Moçambique*. Maputo: Ministério das Obras Públicas e Habitação, 2012.

Governo de Moçambique. *Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR)*. Maputo:

Ministério de Planificação e Desenvolvimento, 2007.

Governo de Moçambique. *Estratégia Nacional de Gestão de Recursos Hídricos*. Maputo: Conselho de Ministros, 2007.

Governo de Moçambique. *Política Nacional de Águas (PNA)*. Maputo: Conselho de Ministros, 1995.

Governo de Moçambique. *Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR)*. Maputo: Ministério das Obras Públicas e Habitação, 2010.

Governo do Brasil. *Manual Prático de Análise de Água*. 2ª Edição Revista. Brasília: Fundo Nacional de Água e Saneamento – FUNASA/Fundação Nacional de Saúde, 2011.

Governo de Marracuene. *Mapa dos Equipamentos Sociais e de Utilidade Pública*. Marracuene: SDPI, 2017.

Governo de Marracuene. *Mapa da Proposta da Divisão Administrativa*. Marracuene: SDPI, 2017.

Organização das Nações Unidas. *Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Rio de Janeiro: Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNIRIC), 2015.

ANEXO 2: Consentimento informado

Eu, Olívia Marília Muzima Chiziane, Estudante do Curso de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, solicito vossa colaboração, no sentido de me facultar a informação necessária, para a concretização do meu trabalho e garanto que as informações aqui prestadas terão o carácter confidencial, isto é, não serão disponibilizadas a terceiros, irei usá-las exclusivamente para o alcance dos objetivos da pesquisa. São livres de não participar ou não responder a uma pergunta se se sentirem desconfortáveis. Vossas respostas serão adicionadas às respostas dos demais entrevistados. Não irei registrar vossos nomes e será impossível identificar-vos pelo que irão dizer, por isso sintam-se a vontade para dizer o que pensam. Toda a conversa será gravada.

Agradeço pela vossa prestimosa colaboração.

ANEXO 3: Guião de entrevistas (APRESENTAÇÃO)

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa tem por objectivo compreender as dinâmicas socioeconómicas das comunidades de Bobole em decorrência destas se beneficiarem do fornecimento de água dos furos de iniciativa privada. Deste modo, a nossa expectativa ao desenvolver esta pesquisa, é de que os seus resultados, venham a contribuir para melhorar as políticas do governo no fornecimento de água potável dentro das comunidades. Solicitamos que as respostas dadas sejam claras e agradecemos pela vossa colaboração.

ANEXO 4: Guião de entrevistas para os dirigentes locais

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Cargo que ocupa: _____

Tempo que ocupa o cargo: _____

SECÇÃO I – COBERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

1. Pode descrever-nos a situação geral de abastecimento de água nesta região.
2. Qual é o alcance dos serviços públicos de abastecimento de água? Quantas famílias/pessoas se beneficiam?
3. Qual é a cobertura dos serviços de água fornecida por furos de iniciativa privada?

SECÇÃO II – LICENCIAMENTO E CONTROLO DE FORNECEDORES PRIVADOS

4. Qual é a entidade responsável pelo licenciamento dos fornecedores privados de água?
5. Há algum mecanismo de controlo periódico da qualidade de água fornecida pelos furos de iniciativa privada?
6. Os preços praticados pelos privados são, de alguma forma, controlados pelas autoridades do distrito?
7. Existem mecanismos públicos de apoio aos fornecedores privados de água?
8. Que acções tem sido desenvolvidas localmente no sentido de expandir os serviços de fornecimento de água?

ANEXO 5: Guião de entrevistas para os grupos focais de mulheres

IDENTIFICAÇÃO DO GUIÃO:

Guião n.º: _____

Data de Realização: _____ / _____ / 2017

Local de realização: _____

Hora do começo: _____ Horas e _____ Minutos

Hora do término: _____ Horas e _____ Minutos

SECÇÃO I – PERFIL SOCIAL

1. Grupo etário

- a) De 15 a 19 anos de idade
- b) De 20 a 24 anos de idade
- c) De 25 anos de idade em diante

2. Estado civil

	N.º
a) Solteiras	
b) Casadas/vivem maritalmente	
c) Separadas/divorciadas	
d) Viúvas	

3. Escolaridade

	N.º
a) Nenhuma	
b) Ensino primário completo	
c) Ensino Secundário Geral básico	
d) Ensino Secundário Geral Médio	
e) Ensino Técnico Básico	
f) Ensino Técnico Médio	
g) Ensino Superior	
h) Outra	

4. Agregados familiares

	N.º
a) 2 Elementos	
b) De 3 a 4 elementos	
c) De 5 a 6 elementos	
d) De 7 a 8 elementos	
e) Acima de 9 elementos	

SECÇÃO II – ACESSO A ÁGUA

5. Quais são as fontes de água que mais usam?
6. Têm alguma dificuldade no acesso a água no geral?
7. Que distâncias percorrem para obter água?
8. Quem são as pessoas da família que tem a responsabilidade de buscar água?
9. Têm acesso à água dos furos de privados que operam nesta zona?
10. Têm alguma dificuldade no acesso à água dos furos de privados que operam nesta zona?
11. Como descrevem a qualidade de água que utilizam?

SECÇÃO III – ÁGUA E DINÂMICAS SOCIECONÓMICAS LOCAIS

12. Quando é que a água de furos privados chegou a esta zona?
13. O que mudou desde que a água dos furos privados chegou a esta zona?
14. Estão satisfeitas com a água dos furos que é fornecida por privados?
15. O que acham do preço da água que é cobrado pelos privados?
16. No vosso entender, a água dos privados melhorou ou não a qualidade de vida desta comunidade?

ANEXO 6: Guião de entrevistas para os fornecedores privados de água

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Região em que fornece água: _____

Tempo em que é fornecedor de água na região: _____

SECÇÃO I – EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE FORNECIMENTO DE ÁGUA

1. Há quanto tempo fornece água nesta zona?
2. Quantos clientes tem aproximadamente?
3. Que dificuldades teve para instalar este sistema de abastecimento de água?
4. Que dificuldades enfrenta no dia-a-dia no exercício da sua actividade?

SECÇÃO II – CUSTOS DE CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

5. Em média, quanto gastou para montar este sistema de abastecimento de água? (perfuração e sistema de canalização).
6. Teve algum financiamento para iniciar o negócio?
7. Que custos estão envolvidos no processo de captação e distribuição de água? (tratamentos, materiais usados, etc).
8. As autoridades tem feito controlo de qualidade da água que fornece?

SECÇÃO III – RENTABILIDADE DO NEGÓCIO

9. O preço da água que é aqui praticado é marcado por si em função dos custos de produção ou pelas autoridades locais?
10. Acha o negócio de fornecimento de água rentável?
11. O pagamento de água é pré-pago ou pós-pago?
12. Como é que controlam o pagamento de água pelos clientes? E no caso de um cliente não pagar, que medidas tomam?
13. Como é que controlam a quantidade de água que os clientes consomem?
14. Pertence a alguma associação de fornecedores privados de água?

ANEXO 7: Guião de entrevistas para grupos focais de homens

IDENTIFICAÇÃO DO GUIÃO:

Guião n.º: _____

Data de Realização: _____ / _____ / 2017

Local de realização: _____

Hora do começo: _____ Horas e _____ Minutos

Hora do término: _____ Horas e _____ Minutos

SECÇÃO I – PERFIL SOCIAL

1. Grupo etário

- d) De 15 a 19 anos de idade
- e) De 20 a 24 anos de idade
- f) De 25 anos de idade em diante

2. Estado civil

	N.º
a) Solteiros	
b) Casados/vivem maritalmente	
c) Separados/divorciadas	
d) Viúvas	

3. Escolaridade

	N.º
a) Nenhuma	
b) Ensino primário completo	
c) Ensino Secundário Geral básico	
d) Ensino Secundário Geral Médio	
e) Ensino Técnico Básico	
f) Ensino Técnico Médio	
g) Ensino Superior	
h) Outra	

4. Agregados familiares

	N.º
a) 2 Elementos	
b) De 3 a 4 elementos	
c) De 5 a 6 elementos	
d) De 7 a 8 elementos	
e) Acima de 9 elementos	

SECÇÃO II – ACESSO A ÁGUA

5. Quais são as fontes de água que mais usam?
6. Têm alguma dificuldade no acesso a água no geral?
7. Que distâncias percorrem para obter água?
8. Quem são as pessoas da família que tem a responsabilidade de buscar água?
9. Têm acesso à água dos furos de privados que operam nesta zona?
10. Têm alguma dificuldade no acesso à água dos furos de privados que operam nesta zona?
11. Como descrevem a qualidade de água que utilizam?

SECÇÃO III – ÁGUA E DINÂMICAS SOCIECONÓMICAS LOCAIS

12. Quando é que a água de furos privados chegou a esta zona?
13. O que mudou desde que a água dos furos privados chegou a esta zona?
14. Estão satisfeitas com a água dos furos que é fornecida por privados?
15. O que acham do preço da água que é cobrado pelos privados?
16. No vosso entender, a água dos privados melhorou ou não a qualidade de vida desta comunidade?

ANEXO 8: Guião de entrevistas individuais para homens e mulheres de Ngalunde

IDENTIFICAÇÃO DO GUIÃO:

Guião n.º: _____

Data de Realização: _____/_____/2017

Local de realização: _____

Hora do começo: _____ Horas e _____ Minutos

Hora do término: _____ Horas e _____ Minutos

SECÇÃO I – PERFIL SOCIAL

1. Grupo etário

- g) De 15 a 19 anos de idade
- h) De 20 a 24 anos de idade
- i) De 25 anos de idade em diante

2. Estado civil

- a) Solteiro(a)
- b) Casado(a)/vive maritalmente
- c) Separado(a)/divorciado(a)
- d) Viúvo(a)

3. Escolaridade

- i) Nenhuma
- j) Ensino primário completo
- k) Ensino Secundário Geral básico
- l) Ensino Secundário Geral Médio
- m) Ensino Técnico Básico
- n) Ensino Técnico Médio
- o) Ensino Superior
- p) Outra

4. Agregado familiar

- a) 2 Elementos
- b) De 3 a 4 elementos
- c) De 5 a 6 elementos
- d) De 7 a 8 elementos
- e) Acima de 9 elementos

SECÇÃO II – ACESSO A ÁGUA

5. Quais são as fontes de água que mais usam?
6. Têm alguma dificuldade no acesso a água no geral?
7. Que distâncias percorre para obter água?
8. Quem são as pessoas da família que tem a responsabilidade de buscar água?
9. Têm acesso à água dos furos de privados que operam nesta zona?
10. Têm alguma dificuldade no acesso à água dos furos de privados que operam nesta zona?
11. Como descreve a qualidade de água que utilizam?

SECÇÃO III – ÁGUA E DINÂMICAS SOCIECONÓMICAS LOCAIS

12. Quando é que a água de furos privados chegou a esta zona?
13. O que mudou desde que a água dos furos privados chegou a esta zona?
14. Está satisfeito(a) com a água dos furos que é fornecida por privados?
15. O que acha do preço da água que é cobrado pelos privados?
16. No seu entender, a água dos privados melhorou ou não a qualidade de vida desta comunidade?

ANEXO 9: Guião de entrevistas para os secretários dos bairros

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Cargo que ocupa: _____

Tempo que ocupa o cargo: _____

SECÇÃO I – ACTIVIDADES DOS OPERADORES PRIVADOS

1. Pode dizer-nos a quanto tempo os fornecedores privados operam nesta região?
2. Que tem a responsabilidade de identificar os locais onde são montados os furos de água?
3. No processo de início das actividades dos fornecedores privados, as comunidades locais foram consultadas?

SECÇÃO II – RELAÇÃO OPERADORES VS COMUNIDADES LOCAIS

4. Já alguma vez tiveram que resolver um conflito envolvendo os fornecedores privados de água e as comunidades locais?
5. São consultados sobre os preços que os proprietários dos furos cobram para distribuir água à comunidade?
6. De forma geral, acha que a presença de furos de água de iniciativa privada ajudou ou não no melhoramento da qualidade de vida da comunidade?

ANEXO 10: Fotografias

Figura 2¹⁹: Entrevista Grupo Focal Mulheres, Bairro Bobole, 21.02.2017.



¹⁹ FONTE: Autora.

Figura 3²⁰: Entrevista, Grupo Focal Homens, Bairro Bobole, 21.02.2017.



²⁰ Idem.

Figura 4²¹: Entrevista, grupo focal mulheres, bairro Gimo O’Cossa, 28.02.2017



²¹ Idem.

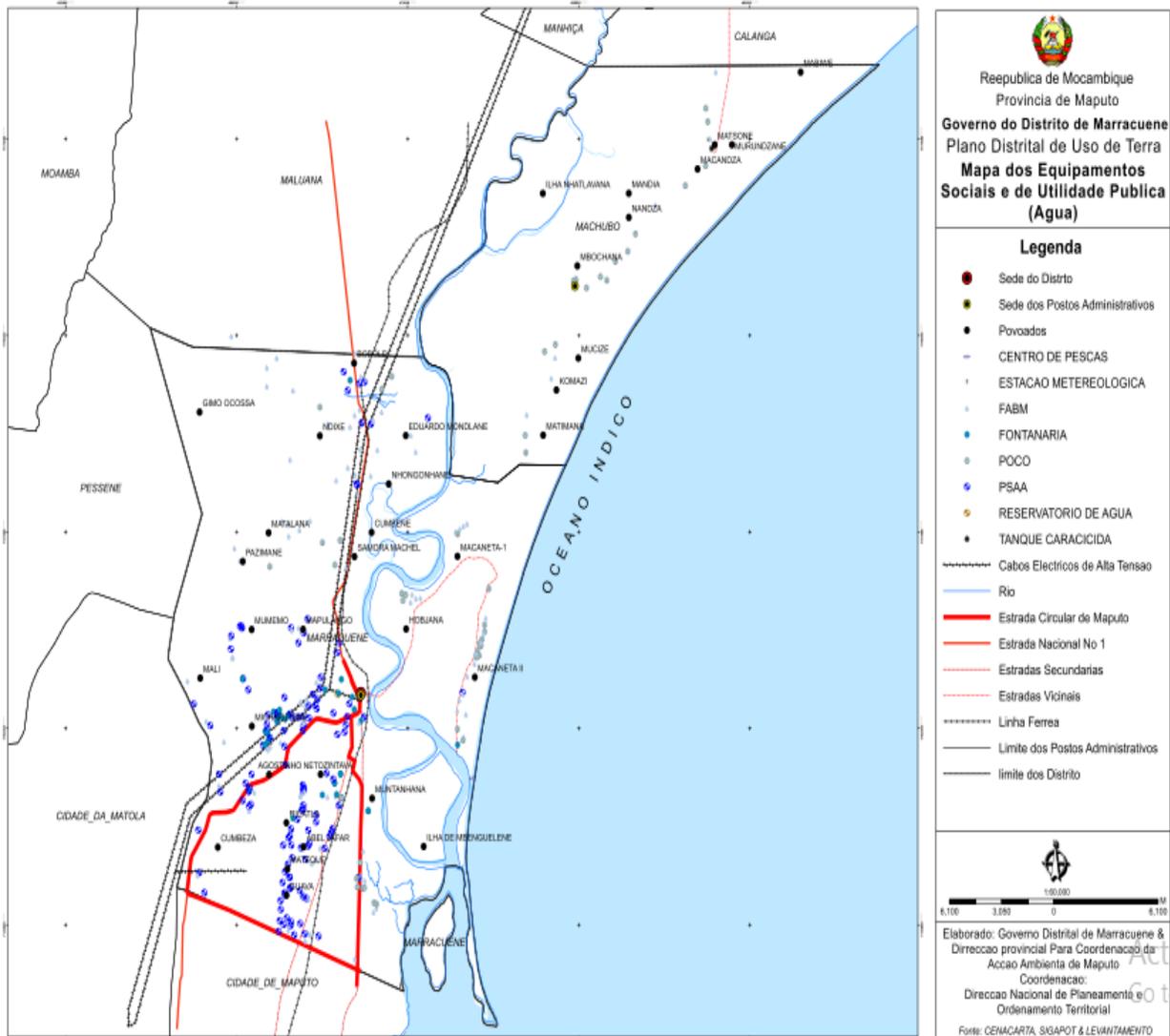
Figura 5²²: Líderes Comunitários do bairro Gimo O’Cossa, 28.02.2017.



²² Idem.

ANEXO 11: Mapa de recursos hídricos do distrito de Marracuene

Mapa 2²³: Mapa de disponibilidade de recursos hídricos no distrito de Marracuene.



²³ FONTE: Governo do Distrito de Marracuene (2017).